HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 1

Em outubro de 1934, na cidade de São Paulo, uma única marcha comandada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) reuniu em torno de quarenta mil integralistas, que desfilaram, batendo as botas no chão, em cadência militar. A população, perplexa, se acotovelou para ver. Pálidos de emoção ou ansiedade, minuciosamente coreografados em fileiras fechadas e braços estendidos, os integralistas marcharam impecáveis: camisas verdes, braçadeiras com insígnias grafadas em negro — a letra grega sigma, de "soma", indicando que o integralismo era a síntese totalizadora de toda sociedade (…).

Lilia M. Schwarcz e Heloisa Starling. **Brasil, uma biografia.** *São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 368 (com adaptações).*

Considerando o fragmento de texto apresentado, que indica que o movimento integralista teve muitos adeptos no Brasil dos anos 30 do século XX, redija um texto dissertativo sobre o integralismo, abordando:

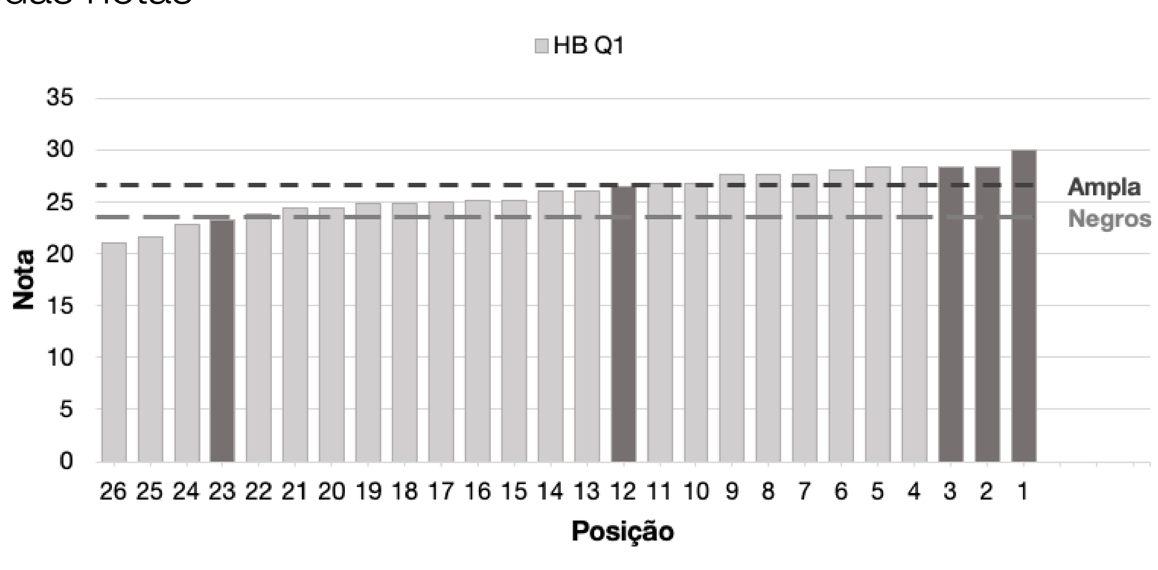
1. características da doutrina integralista brasileira;

2. contexto integralista de fundação da AIB: esfera nacional e internacional;

3. aproximação entre o governo Getúlio Vargas e as lideranças integralistas e posterior afastamento do integralismo e aniquilação do movimento.

Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 1

1. Doutrina nacionalista que identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional. Doutrina totalitária, que não admitia a existência da pluralidade dos partidos políticos e tinha uma visão verticalizada da sociedade. Os integralistas fundamentavam seu movimento em temas conservadores, como a família, a tradição do país e a Igreja Católica.

2. No plano interno brasileiro: a AIB foi fundada em 1932, em contexto em que a cultura política autoritária ganhara forças no país. A Revolução Constitucionalista fora derrotada (1932). O Estado forte era considerado necessário para a promoção do desenvolvimento.

No plano internacional, há um amplo descrédito com relação à democracia e ao liberalismo: crash da bolsa de Nova Iorque em 1929 e as profundas dificuldades econômicas nos Estados Unidos; ascensão do fascismo italiano a partir dos anos 20 do século passado e do nacional-socialismo na Alemanha nos anos 30 do século passado.

3. O movimento integralista apoiou Getúlio Vargas e dele tinha promessas de participação no governo, que não se concretizaram. Em 1938, o levante integralista foi duramente reprimido pelas forças governamentais. Seu líder, Plínio Salgado, parte para o exílio.

Boris Fausto. ***História do Brasil.*** *4.ª ed. São Paulo: Edusp/FDE, p. 351-3/379-81.*

Diógenes Novais da Cruz
nota: ***30****/30*

O surgimento do movimento integralista no Brasil baseou-se em processos político-econômicos domésticos e internacionais. De natureza autoritária, aproveitou-se da insatisfação popular, sobretudo nas camadas médias urbanas, com as tradicionais oligarquias rurais e as estruturas fraudulentas da Primeira República. A ascensão de Vargas, em 1930, permitiu a consolidação da Ação Integralista Brasileira e a aproximação entre o governo central e membros integralistas. Internacionalmente, havia um claro arrefecimento da influência das democracias liberais, especialmente após a crise de 1929. O movimento brasileiro, contudo, não se equivaleu aos movimentos nazifascistas europeus. Em comum, o discurso autoritário e a lógica militarista. É pertinente, portanto, analisar as características da doutrina integralista brasileira, o contexto de sua fundação e a aproximação e ruptura com o governo Vargas.

“Deus, pátria e família”. Esse era o lema da AIB. Assim, como o nazismo alemão e o fascismo italiano, buscou legitimação política invocando temas religiosos e buscando apoio da Igreja. Outra semelhança estava na exaltação da pátria, considerada o elo de união de toda a sociedade. Dessa forma, rejeitaram a luta de classes, visto que ela constituiria uma ameaça à unidade nacional (daí o uso da letra grega sigma, de “soma”). O integralismo brasileiro, todavia, não foi uma transposição acrítica do nazifascismo europeu para os trópicos. A AIB rejeitava o antissemitismo, conquanto parte de seus membros tivessem apoiado a movimentos europeus. Paralelamente, valorizavam o caráter mestiço do povo brasileiro. Além disso, aqui não havia ideal expansionista. O corpo da pátria era tido como consolidado, o que também a diferenciava dos movimentos europeus. Por fim, a lógica militarista, com o uso de uniformes, por exemplo, decorre da força e articulação crescente das forças armadas na política nacional. Todas essas características devem, enfim, ser contextualizadas no tempo e no espaço.

A AIB foi fundada no início da década de 1930, e seu principal líder foi Plínio Salgado. No Brasil, o surgimento do integralismo enquadra-se em um contexto de crescimento das camadas médias urbanas e de frustração com um modelo político criado por e para as oligarquias rurais. Nesse sentido, parte dos princípios da AIB foram consolidados por diferentes grupos ainda na década de 1920. Em 1922, no contexto da eleição de Artur Bernardes e do centenário da independência, os tenentes e os modernistas inauguraram uma onda de críticas organizadas contra o modelo oligárquico. No caso dos 18 do forte, militares retomavam o salvacionismo de Hermes e visavam à criação de um regime sem corrupção e centralizado. Os modernistas, por sua vez, criticavam a estética artística oficial e buscavam uma nova identidade nacional. Plínio Salgado esteve entre os modernistas. O Verde-Amarelismo e a Escola da Anta foram precursores ideológicos da AIB.

A ascensão de Vargas, em 1930, representou a vitória do modelo centralizador tenentista, conquanto possibilitada pela ação do alto oficialato militar e das oligarquias dissidentes. A crise de 1929 enterrou as últimas utopias liberais, levando à reformulação do papel do Estado na economia. Na Itália, o fascismo já havia logrado tomar o poder em 1922. Em 1933, Hitler foi escolhido como primeiro-ministro alemão. Nos EUA, embora não tenha ocorrido um governo autoritário nos moldes fascistas, Franklin D. Roosevelt retomava o crescimento econômico com o seu "New Deal" de caráter estatizante e intervencionista. Finalmente, na Argentina, se inaugurava a "década infame", com militares como Uriburu e Augustín Justo no poder.

No Brasil, os primeiros grandes movimentos de massa surgiram na década de 1930. A AIB, de inspiração fascista, e a ANL (Aliança Nacional Libertadora), de viés socialista, ganhavam força entre as camadas médias urbanas. Representavam, em última instância, o deslocamento da influência política da zona rural para os grandes centros urbanos. Vargas, reconhecendo esse fenômeno, consolidou seu projeto de poder com o apoio dessas massas. Sua ênfase na importância da indústria e na valorização do proletariado (no que Ângela de Castro Gomes chamou de "a invenção do trabalhismo") demonstram essa dinâmica. A AIB, portanto, foi uma das bases de sustentação de Vargas até 1937.

Já no início do governo provisório, Getúlio Vargas demonstrava seus anseios por um regime centralizado ao redor de sua pessoa. Em 1931, aprovou o Código das Interventorias e extinguiu a Delegacia do Norte, então comandada por Juarez Távora. Ambas as medidas visavam a mitigar a influência dos tenentes sobre seu governo. Com a AIB, não seria diferente. Vargas utilizou o movimento integralista para validar o golpe do Estado Novo, mas abandonou-o logo em seguida. Em 1935, foi aprovada a lei de Segurança Nacional. Em seguida, houve uma tentativa de golpe por parte de integrantes da ANL, então liderada por Luís Carlos Prestes. A Intentona Comunista, como ficou conhecida, permitiu que Vargas fortalecesse a repressão contra os comunistas e estreitasse relações com a AIB. Vale ressaltar que, de acordo com a Constituição de 1934, mandato de Vargas terminaria em 1938. Conquanto Getúlio apoiasse informalmente José Américo para sucessão, Plínio Salgado aproveitou-se desse momento conturbado para ganhar capital político a nível nacional.

Em 1937, a sombra do comunismo foi mais uma vez utilizada por Vargas para centralizar o poder em suas mãos. Havia vazado o "Plano Cohen", suposto esquema comunista para a tomada do poder à força. O plano, forjado pelo militar Olímpio Mourão Filho, nada mais era que uma simulação, portanto fictícia, de um possível golpe comunista no Brasil. Vargas, apoiado pelos integralistas, soube utilizar a repercussão do caso, crido como verdadeiro pela opinião pública, para decretar o estado de sítio e efetivar o golpe do Estado Novo. Plínio Salgado aprovou a ação, visto que almejava o posto de ministro da educação no novo regime. Não esperava, contudo, que Vargas atacaria todas as bases partidárias, inclusive a AIB.

O Estado Novo inaugurou um período de governo autoritário, repressivo e personalista no Brasil. Vargas tornava-se um ditador. Com o objetivo de fomentar o patriotismo e impedir desavenças políticas,

proscreveu todos os partidos políticos até então existentes. Além disso, efetivou a queima das bandeiras estaduais representando a força do governo central e a unidade nacional. A AIB também foi proibida, o que levou ao rompimento do movimento com o governo. Crescentemente alijados do jogo político, um grupo de integralistas tentou dar um golpe contra Vargas, por meio de um atentado contra o palácio do Catete. O Putsch integralista de 1938, fracassado, foi a última ação coordenada oficial do movimento integralista no Brasil, antes de seu aniquilamento definitivo. A influência de suas ideias, porém, persiste até os nossos dias.

O integralismo brasileiro correspondeu a uma tentativa de formalização do ideal salvacionista por meio da ação política organizada. Correspondeu, a seu modo, a uma visão de movimentos autoritários que se difundiam por todo o mundo. A decadência da democracia liberal e a expansão das camadas urbanas, no Brasil, levou ao fim do modelo oligárquico e rural. Vargas soube como ninguém se aproveitar dessa dinâmica, utilizando taticamente o apoio da AIB para a consecução de seu projeto centralizador. Os ideais integralistas e sua lógica militarista, todavia, não foram extintos. A fragilidade da democracia e o fortalecimento das forças armadas nacionais ainda são dinâmicas presentes na vida brasileira contemporânea.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5**
   - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5**
   - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5**
   - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
   - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5**

Resultado

Nota: **30,00**

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: ***28,38****/30*

A doutrina integralista teve papel de grande relevo no cenário político brasileiro da década de 1930. Surgida em um contexto de crise do liberalismo e avanço de uma visão corporativista da sociedade, o integralismo almejou participar diretamente na construção de um Estado corporativista no Brasil, aproximando-se do governo de Getúlio Vargas. Os projetos de Vargas, contudo, não incluíam a participação de um partido político na condução do poder, circunstância que levou ao seu rompimento com as lideranças integralistas e à posterior aniquilação do movimento.

A doutrina integralista definia-se pela rejeição das instituições liberais, como a pluralidade partidária e o regime democrático-representativo. Com forte inspiração no fascismo italiano, o integralismo brasileiro associava o liberalismo ao contexto de crise social, política e econômica que havia marcado os últimos anos da Primeira República. Por isso, o pensamento integralista defendia a adoção de um Estado forte, baseado em um partido único, à semelhança do modelo adotado na Itália desde a década de 1920.

O integralismo também sustentava uma percepção corporativista da sociedade, a qual era compreendida de forma orgânica. Segundo essa concepção, o que realmente importava, o corpo social, eram as classes, e não os indivíduos. Nesse sentido, o papel do Estado corporativista seria o de media e organizar os diversos interesses de classes, colocando-os a serviço do bem comum nacional. Essa visão de uma sociedade corporativista era bem simbolizada pela insígnia escolhia pelo movimento, a letra grega sigma, que demonstrava que a doutrina integralista pretendia sintetizar os vários grupos de interesses existentes.

A doutrina integralista definia-se, outrossim, por seu intenso nacionalismo e militarismo. Com efeito, o integralismo pretendia criar e valorizar elementos de uma verdadeira identidade nacional; não é sem razão que a palavra indígena “anauê” foi escolinha como a saudação entre seus membros. Além disso, os integralistas valorizavam a disciplina e a simbologia militar, que se evidenciavam em seus fardamentos e nas marchas promovidas pelo movimento, nas grandes cidades brasileiras.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), braço político-institucional do movimento integralista, surgiu em 1932, em um contexto de profunda crise do liberalismo e de crescimento de percepções totalitárias e corporativistas, nos planos nacional e internacional. No Brasil, o governo provisório instaurado após a Revolução de 1930 colocava em xeque o modelo de República liberal até então adotado, colocando em relevo uma nova visão social, estruturada sobre classes sociais e não sobre indivíduos. Esse cenário, em

que direitos individuais de matriz liberal eram preteridos por direitos sociais, era fortemente influenciado pela emergência de um pensamento autoritário brasileiro, originado em autores como Alberto Torres e em instituições como o Centro Dom Vital, de tradição católica. Assim, o pensamento esposado por lideranças integralistas como Plínio Salgado e Miguel Real – esse também um dos principais escritores do pensamento totalitário – refletia o avanço do corporativismo totalitário na vida política do país.

O surgimento da AIB ocorreu, ademais, em um momento em que as instituições liberais estavam em uma crise profunda em todo o mundo. De fato, no plano econômico, o liberalismo não fora capaz de evitar a crise sistêmica de 1929, que pulverizou as economias das grandes potências e teve reflexos nefastos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Paralelamente, novos modelos de organização social vinham ganhando força desde a década de 1920, baseados em uma visão totalitária do Estado e em uma percepção corporativista da sociedade. Assim, de um lado, o totalitarismo ia se estruturando na URSS, inspirando forças políticas à esquerda, em todo o mundo. De outro lado, porém, o fascismo italiano apresentava-se como um modelo bem-sucedido de Estado corporativista para os pensadores conservadores, sendo secundado, naquele momento, pela emergência do movimento nazista na Alemanha.

A visão totalitária e corporativista era compartilhada pela doutrina integralista e por Getúlio Vargas, o que levou as lideranças do movimento a se aproximarem do presidente brasileiro. Essa aproximação reforçou-se com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, movimento que reunia forças democráticas sob a liderança do comunista Luís Carlos Prestes. No contexto de repressão ao comunismo e às forças oposicionistas em geral, Plínio Salgado surge como possível candidato à sucessão de Vargas, em 1938. Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, os integralistas alimentam a esperança de participar ativamente no governo ditatorial, com Salgado almejando o ministério da educação. Todavia, ao contrário fascismo na Itália, Vargas não pretendia sustentar-se em qualquer partido. Por isso, não só não nomeia Plínio Salgado ministro, como edita decreto, em 1938, convertendo os partidos políticos, inclusive a AIB, em meras associações culturais. Desse modo, os integralistas percebem que não fazem parte do projeto de poder varguista e, por isso, recorrem ao fracassado putsch contra o palácio presidencial, no final de 1938. Com o fracasso de sua tentativa de golpe, os líderes integralistas são exilados e o movimento se dissolve, perdendo relevância no contexto político do Estado Novo.

O surgimento da doutrina integralista e da Ação Integralista Brasileira foi, portanto, um reflexo de um contexto marcado pela crise do liberalismo e pelo aparecimento de modelos corporativistas e totalitários de Estado, tanto no Brasil quanto no exterior. Tendo se aproximado do poder, em meados da década de 1930, o movimento foi dele alijado pela prevalência do projeto pessoal de Getúlio Vargas. Nesse projeto, as relações entre Estado e sociedade não seriam intermediadas por um partido de massas, incompatibilizando-se, assim, com as pretensões dos líderes integralistas.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 4,88/6,5**
   - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5**
   - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5**
   - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
   - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5**

Resultado

Nota provisória: **28,38**

Nota final: **28,38**

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
nota: ***28,38****/30*

A criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), nos anos 1930, enquadra-se em um contexto nacional e mundial de fortalecimento do Estado na economia e de prestígio de soluções autoritárias, como o Fascismo italiano e o Nazismo alemão. No Brasil, a AIB chegou a ser o maior partido do período - como demonstra a mobilização da sociedade, descrita por Lilia Schwarz - e, sob as bandeiras "Deus, pátria, família", representava uma opção nacionalista e centralizadora do Estado para resolver os problemas do país. Durante o governo Vargas, a AIB passaria de apoio ao então governo provisório à ilegalidade, em 1938, após a tentativa frustrada de um "Putsch" integralista, que resultou na proibição do partido.

Ao longo dos anos 1920, fortaleciam-se posições e alternativas nacionalistas e autoritárias para os problemas do Brasil. Durante a Semana de Arte Moderna de 1922, Plínio Salgado seria um dos participantes que defenderiam uma arte brasileira fundamentalmente nacional, que se fechasse à influência externa e desenvolvesse um movimento novo e original. Influenciado pelos trabalhos de Alberto Torres, Plínio Salgado seria um dos fundadores da AIB no Brasil, em 1932, cujas principais características se refletiam na defesa de um Estado forte e centralizado em um partido único, altamente nacionalista e totalitário, que controlasse todas as esferas (política, econômica, social) da vida do país. Sob o símbolo da letra sigma de Soma e do lema Anauê, a AIB inspirava-se no Fascismo italiano (que chegara ao poder em 1922) e chegou a contar com financiamento do Partido Fascista italiano. Nesse contexto, a AIB defendia que somente a ação estatal poderia modernizar e desenvolver o país, em um movimento de cima para baixo.

Na esfera nacional, a AIB encontraria amplo respaldo da sociedade e, em um primeiro momento, também do governo Vargas. Com efeito, a Revolução de 30, embora não se tenha traduzido em uma verdadeira revolução burguesa, marcou o início da Era Vargas (1930-1945) e instituiu um "Estado de Compromisso", em que não era clara a hegemonia de um ou outro grupo político (como ocorria com a burguesia cafeeira, na 1a República), mas afirmava a emergência de novos setores sociais, que contaria com a presença da burguesia, dos setores militares, de apoio dos tenentes (que haviam participado do movimento tenentista, mas não de maneira integral) e de burocracias civis. Ao tomar o poder, Vargas tomaria medidas crescentemente centralizadoras e interventoras do Estado na economia, o que agradava aos integralistas. Ainda durante o Governo Provisório (1930-34), Vargas teria que lidar com a crise econômica herdada do governo Washington Luís, agravada pela crise de 1929, o que o levou a implementar medidas como a compra e a destruição de sacas de café, para controlar a oferta do produto no mercado mundial e sustentar os preços; a criação do Instituto Nacional do Café e a implementação de medidas de ampliação do crédito, que permitem caracterizá-lo como um "keynesianismo avant la lettre". Isso permitiu que o país

se recuperasse mais rapidamente dos efeitos da crise e contribuiu para fortalecer a bandeira da AIB junto à sociedade, que se transformava de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial. Outras medidas centralizadoras foram a revogação da Constituição de 1891 (o governo passava a governar por decretos-lei) e a criação do Código dos Interventores, com Juarez Távora à frente, que permitia a intervenção nos estados dissidentes.

Na esfera internacional, no mundo todo, fortaleciam-se governos altamente interventores na sociedade. O fascismo italiano já inspirava paixões em todo o mundo, mas a emergência de Roosevelt, nos EUA, em 1933, e a eleição do Partido Nazista, na Alemanha, no mesmo ano, e o sucesso de suas políticas interventoras, contribuíram para legitimar o Estado como promotor do desenvolvimento. Em um ambiente econômico altamente desafiador, criado pela crise de 1929, perdia-se a confiança em regimes liberais, e o liberalismo econômico passa a ser altamente questionado. Nesse contexto, práticas protecionistas e nacionalistas ganham força e, no caso dos regimes nazifascistas, sua organização militar e eficiência para debelar a crise econômica, sobretudo no caso alemão, geraram grande admiração de diversos países. Em reação, as frentes antifascistas começam a se organizar, inclusive no Brasil, onde a Aliança Nacional Libertadora contrapor-se-ia à AIB.

Em um primeiro momento, a AIB aproximou-se de Vargas, e muitos de seus adeptos elogiavam as ações do então presidente. Com efeito, o nacionalismo exacerbado no mundo todo e a busca de soluções autoritárias encontrava grande respaldo da população, o que, no Brasil, se traduziu no amplo apoio da população à AIB, que chegou a ter diversos adeptos. Durante o Governo Provisório, a AIB pressionava o governo para tornar-se a representante do país, em um regime de partido único, conforme defendia sua doutrina. Após o breve governo provisório, que acabaria por ficar grande parte em estado de sítio, após a tentativa frustrada de Prestes de um golpe, o início do Estado Novo frustra os integralistas, na medida em que Vargas recusava qualquer intermediário entre o governo e o povo. A Constituição de 1937, inspirada na Polaca, seria a mais centralizadora da história do país e não abriria espaço para as intenções da AIB. Instituía-se um Estado unitário, com voto feminino e uma bancada classicista, que deveria representar as aspirações do povo, mas suprimiam-se direitos civis.

Insatisfeita, a AIB passaria a pressionar o governo para sua derrocada. Em 1938, a AIB tenta dar um golpe de Estado - o Putsch integralista - mas não tem sucesso. A reação de Vargas é baixar um decreto que proibia todas as agremiações políticas a partir de então. Em um contexto de acirramento das posições políticas no mundo todo, Vargas buscava tirar proveito das divergências internacionais para promover o desenvolvimento do Brasil, por meio da "equidistância pragmática", segundo conceito de Gerson Moura. Assim, a AIB, que gerava simpatia do Exército ligado aos germanófilos, se contrapunha a setores mais americanistas. Como Vargas buscava obter o máximo de benefício de ambos os países, adotou política de afastamento e de autonomia frente aos constrangimentos externos.

O apoio que a AIB angaria na sociedade brasileira era condizente com um contexto interno e externo de grande legitimidade de ações nacionalistas, de intervenção do Estado na economia e de apreço pela organização e eficiência dos regimes totalitários. A defesa de um Estado forte e centralizado em um partido único, que promovesse o desenvolvimento de cima para baixo, sob os lemas de Deus, pátria e família, fazia os integralistas acreditarem que o Governo Vargas possibilitaria sua chegada ao poder, mas o presidente tinha objetivos mais amplos e estratégicos para o país. Após a proibição da AIB e a obtenção de benefícios tanto da Alemanha quanto dos EUA, o Brasil alinhar-se-ia definitivamente aos EUA, em 1942, não sem antes assegurar o reaparelhamento das forças armadas, a criação de Volta Redonda e outros benefícios.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5**
   - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5**
   - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 4,88/6,5**
   - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
   - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5**

Resultado

Nota: **28,38**

Nota média: Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: ***26,51****/30*

A doutrina integralista brasileira teve sua defesa concretizada na Ação Integralista Brasileira, formada no início da década de 1930 e funcionando até 1938 como partido político. Sua doutrina tinha como base o integrismo católico; a doutrina social da igreja, consubstanciada nas bulas Rerum Novarum e Quadragesimo Anno; no nacionalismo ufanista, que teve como contraparte cultural o Manifesto da Anta e o Grupo Verde e Amarelo (na literatura); e na influência da extrema-direita católica de inspiração francesa. A atração destes fundamentos seduzia sobretudo funcionários públicos de grandes centros urbanos – maioria de sua base – classes médias urbanas, mas também trabalhadores e operários tocados pelo discurso de defesa e engrandecimento da pátria, além, claro dos próprios tenentes atraídos para o movimento.

A doutrina integralista preocupava-se, ainda, com a defesa da unidade nacional, com a refundação das bases da república (republicanização da República), por meio de um Estado forte e de um moralismo tanto político (contra a corrupção e as fraudes eleitorais), quanto social (forte defesa de valores católico, defesa da família e da pátria como fundamentos, e assim por diante). Outrossim, tal doutrina se inspirava nos movimentos autoritários da Europa, como o nazismo e o fascismo, emulando a criação de novos símbolos (o sigma em vez da suástica), a uniformização e os cumprimentos e ritos parecidos com a organização militar (como o grito de Anauê). Embora a unidade orgânica da sociedade não deveria se dar nem nos moldes corporativistas do fascimo, nem do totalitarismo nazista, a relação sem mediações entre Estado e sociedade ora esperada, além de um semelhante anticomunismo.

Cabe ainda acrescentar sobre a doutrina integralista brasileira que ela constituía em sua organização na AIB, já um partido político pré-estatal, contando com instâncias decisórias que se complementavam como em um simulacro de separação de poderes, como a Corte do Sigma e o Conselho de Ministros. Por fim, menciona-se a existência de uma ala nazista dentro da doutrina integralista, capitaneada por Gustavo Barroso e de caráter antissemita, embora tal ala nunca tenha logrado se impor como tendência dominante.

A fundação da AIB se dá após a Revolução de 1930, cuja consolidação implicou a queda das oligarquias tradicionais e a ascensão da ideia de modernização do país. Pensadores, como Oliveira Viana, já apontava para o surgimento de novas ideias e tendências para realizar-se tal modernização, como a criação da Escola Normal, a reforma Campos no campo educacional (1931), o pensamento católico consubstanciado no Centro Dom Vital e nos escritos de Alceu Amoroso Lima e mesmo na internalização da doutrina corporativista de Manoilescu, traduzida para o português. A Lei de Sindicalização de 1931 adotava o corporativismo, por exemplo, ao instituir a unicidade sindical e o imposto sindical, tendência

revertida pela CF/34. Enquanto os decretos de Vargas e do chamado Ministério da Revolução (MTIC) centralizavam o poder, retirando, por exemplo, o direito dos estados de possuir artilharia ou forças armadas superiores que os da União e retirava sua competência para realizar operações financeiras internacionais, e intervinham na economia com a criação do CNC, DNC e Instituto Nacional do Café, do Açúcar e do Álcool, entre outras; enquanto, enfim, essa centralização ocorria, a oligarquia paulista reagiria com a Revolta Constitucionalista de 1932 que, embora derrotada, forçaria a convocação de uma Assembleia Constituinte e a nova Constituição. No contexto nacional, portanto, a AIB surge no movimento modernizador da República, de influência corporativista notável, porém com grande aval de tenentes que fundariam, inclusive, o Clube 3 de Outubro para concretizar sua influência sobre Vargas, o que desagradava o Alto Oficialato que, de fato, concretizara a Revolução. Por fim, havia ainda o fortalecimento do tenentismo de esquerda, que, junto a outros grupos, fundaria o Comitê Jurídico-Popular de Investigação (32) e a ANL (34), mesmo ano da fundação da AIB (34-38).

Na esfera internacional, por sua vez, vivia-se a crise das democracias liberais e do próprio liberalismo, consubstanciada na crise de 1929. Na Europa, a ascensão do fascismo italiano e a ascensão do nazismo alemão seduziam como modelos de integrismo social, de reabilitação do nacionalismo e orgulho nacional, apresentando-se como alternativa aos liberalismos imprevidentes e democracias estéreis ocidentais. Por outro lado, a alternativa socialista consolidava-se na União Soviética, que ganhava força e influência sob o comando de Stalin. Dessa forma, o entre-guerras em que surge a AIB é um momento de embate entre modelos democráticos e totalitários, entre modelos individualistas e corporativos ou comunistas, e de início da tentativa de influência norte-americana por um viés cultural, com o lançamento da Política da Boa Vizinhança.

Já a relação de Vargas com os integralista foi dúbia. Assim como Vargas tolerara o Clube de 03 Outubro que sucedia a Liga Revolucionária, porém fez que Gois Monteiro e Távora trabalhassem para sua dissolução, Vargas se aproxima, de início, das lideranças integralistas e depois se afasta, tanto dos integralistas como de tenentes. Embora tivesse angariado apoio de Plínio Salgado, por exemplo, Vargas não apoia a candidatura de Miguel Reale para a Assembleia Constituinte, que malogra. Nas eleições previstas para 1938, Plínio Salgado seria candidato, porém o candidato governista era José Américo. Já em 1935, entra-se em estado de exceção, o que é apoiado pelos integralistas, assim como a Lei de Segurança Nacional, seu Tribunal e a repressão à ANL. Com a instauração do Estado Novo em 37, Plínio apoia Vargas, esperando ser seu ministro, porém Vargas não só não o nomeia, como em 1938 emite decreto transformando todo partido político em associação cultural. Os integralistas organizam, então, um putsch no Catete, que não só não é bem sucedido, como desencadeia a perseguição e desmantelamento da AIB. (90 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)
e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5

2.2.1. Integralismo: contexto nacional: 4,88/6,5

2.2.2. Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5

2.3. Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 3,38/4,5

2.4. Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5

Resultado

Nota: **26,51**

Pior nota: Anônimo
nota: ***23,27****/30*

O início do século XX é marcado por desafios à ordem liberal à esquerda e à direita. À esquerda, a Revolução Russa colocou-se como uma alternativa ao individualismo liberal pela organização por classes. À direita, os fascismos ganharam força após a Primeira Guerra Mundial, mas especialmente após a Crise de 1929. Nesse contexto, a Ação Integralista Brasileira surge como um movimento que se inspira em seus congêneres europeus, mas, simultaneamente, imprime características próprias.

A doutrina integralista brasileira assemelhava-se aos fascismos europeus na medida em que negava o individualismo liberal e a luta de classes socialista, em seu lugar propunha a mobilização total da sociedade em prol do interesse nacional. Mais próximo do fascismo italiano do que do nazismo alemão, o integralismo brasileiro era marcadamente não racista, afinal uma divisão interna dentro da "nação brasileira" derrotava o próprio propósito de uma mobilização unificada. Nesse sentido, foram adotados os paradigmas modernistas, em particular do Nhengaçu Verde-Amarelo, do qual o líder integralista Plínio Salgado participara como poeta ao longo dos desenvolvimentos pós-Semana de Arte Moderna de 1922. Paradoxalmente, entretanto, ao rejeitar influências externas, acabava por filiar-se à corrente nacionalista fascista que crescia na Europa. Tal qual o ramo modernista que o inspirou, os integralistas valorizavam uma ancestralidade indígena construída, sendo talvez o principal exemplo a saudação "Anauê" em Tupi.

Dentro do movimento integralista, no entanto, haviam diferentes correntes, algumas das quais antissemitas, mas prevaleceu o projeto mais abrangente de Salgado. A mobilização se deu em torno da identificação com o militarismo, evidente nos uniformes e organização hierarquizada. Valorizava-se também a família e valores tradicionais, que na prática se manifestavam em um projeto de modernização conservadora. Progressivamente o corporativismo é incorporado como valor, o que aproximava os integralistas do projeto varguista: um Estado forte seria o mediador das tensões sociais que se desenvolviam entre patrões e empregados. Finalmente, assim como os fascismos europeus, os integralistas formaram milícias armadas que deram vazão, na prática, ao principal fator que os aproximava dos europeus e de Vargas: o anticomunismo.

A AIB surge em um contexto de crescente modernização e urbanização brasileiras. Comparativamente tardios em relação à Europa, esses movimentos traziam um paralelo da "questão social" do final do século XIX europeu. O integralismo propunha-se a organizar a sociedade brasileira em transformação, substituindo o patriarcalismo e o clientelismo rurais por uma organização supostamente racional. O nacionalismo pregado, no entanto, era irracional na medida em que apelava a uma identificação comunitária emocional, reforçada pela identificação com o próprio partido que pretendiam que se tornasse o único.

A AIB buscou apoio externo assim como foi procurada por potências externas. Os dois principais fascismos europeus desenvolviam, ao menos até o Estado Novo, diplomacias oficiais bem como paradiplomacias dos partidos governantes. Os nazistas percebiam o integralismo como uma alternativa às suas próprias iniciativas de fomento às organizações nazistas brasileiras, especialmente no sul do Brasil, e negaram apoio direto à AIB. Os fascistas italianos, por outro lado, apoiaram ativamente a AIB, inclusive com recursos financeiros extraoficiais. À medida que Vargas consolidava seu projeto centralizador, no entanto, e Plínio Salgado passava a uma posição secundária no cenário político nacional, esse apoio enfraquece-se, o que não impediu alguns atritos diplomáticos diante da intentona integralista e outras ações da AIB que iam contra o governo.

A AIB surgiu inicialmente como um associação de cunho sociocultural e torna-se um partido com a mobilização eleitoral desencadeada para a constituinte de 1933, mas principalmente tendo em vista as eleições presidenciais de 1937. Naquele contexto, a AIB polarizava o espectro político com a Aliança Nacional Libertadora, que congregava políticos de diferentes matizes do centro à esquerda do espectro político, O discurso da AIB, no entanto, ligava a ANL a uma ameaça comunista, o que foi reforçado diante da frase "todo poder à ANL" incluída em discurso de Luís Carlos Prestes lido por Carlos Lacerda. Sem dúvida havia comunistas que diante da ilegalização de suas organizações aderiram à ANL, mas não representavam a maioria aliancista. Sem embargo, pouco depois do discurso, em 1935, a ANL foi ilegalizada e os comunistas promoveram uma tentativa de golpe contra Vargas, que falhou pela desorganização e não adesão popular - a Intentona Comunista.

Durante os governos provisório e constitucional (1930-1934 e 1934-1937), os integralistas aproximaram-se cada vez mais de Vargas. Plínio Salgado esperava ser nomeado Ministro da Educação, o que nunca aconteceu, permanecendo Gustavo Capanema, próximo à Igreja Católica, à frente da pasta. Os integralistas enfrentavam dissensos internos diante do papel secundário que ocupavam, mas apoiaram Vargas e mantiveram o apoio durante o Golpe do Estado Novo, que, pela justificativa do Plano Cohen, mostrava-se anticomunista. Sem embargo, nas movimentações para a eleição de 1937, os integralistas apresentaram candidatura própria, oposicionista, na figura de Plínio Salgado.

Embora o Estado Novo representasse o ideal integralista de um Estado forte, mediador das relações sociais, a AIB continuava alijada das principais esferas de poder. O afastamento definitivo ocorreu com a ilegalização de todos os partidos por meio de decreto de Vargas. Diante do que foi percebido pelos integralistas como uma traição, a AIB promoveu uma tentativa de assassinato a Vargas dentro do Palácio do Catete. Após troca de tiros os conspiradores foram mortos, dentre eles um irmão de Osvaldo Aranha, o que gerou algum mal estar na imprensa, embora Vargas tenha mantido seu apoio ao chanceler. Plínio Salgado partiu para o exílio, assim como algumas outras lideranças, o que pôs fim à AIB. (76 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 4,88/6,5**
   - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 4,88/6,5**
   - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 4,88/6,5**
   - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
   - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 3,38/4,5**

Resultado

Nota: **23,27**

COMENTÁRIO

O candidato não apresentou recursos para essa questão.

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 2

Por que não têm aparecido as vantagens que tínhamos direito de esperar desta guerra tão desigual entre o grande império do Brasil e a pequena república de Buenos Aires? Por falta de patriotismo? Não, torno a dizer e direi sempre. Logo pelo que é? Pela má direção que o governo lhe tem dado, por suas faltas e omissões, e mui principalmente, pela desgraçada escolha que o governo tem feito de chefes e outros diversos empregados.

Deputado Lino Coutinho. Discurso proferido em 18/5/1827. In: Annaes do Parlamento Brazileiro. Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Anno da Primeira Legislatura, sessão de 1827, Tomo Primeiro, Tipographia de Hypolito José Pinto e Cia., Rio de Janeiro, 1872, p. 121 (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre a Guerra Cisplatina e suas consequências para a crise política do Primeiro Reinado, que resultou na abdicação de D. Pedro I. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

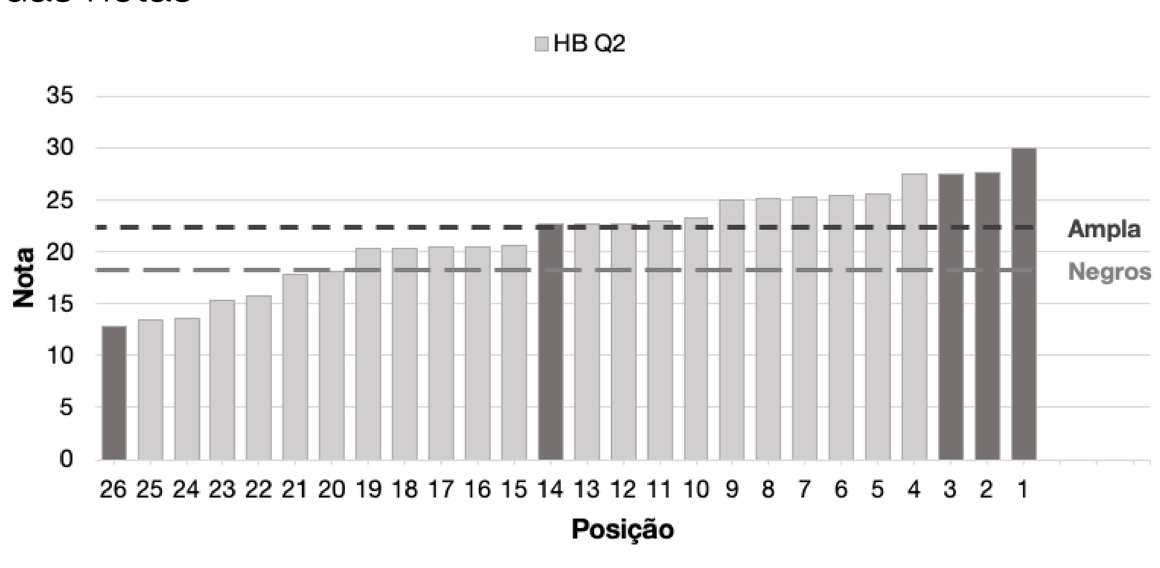
1. as questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I;

2. a guerra propriamente dita e seu desfecho;

3. desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil.

Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 2

1. Ocupações portuguesas em 1811 e 1820; incorporação da Cisplatina ao Reino de Portugal, Algarves e Brasil em 1821; a Cisplatina e a independência do Brasil; a incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata.

2. Declaração de guerra; teatro de guerra: impasses; a solução britânica.

3. Aspectos autocráticos do governo de D. Pedro I e gastos da guerra; acirramento dos conflitos com a Câmara dos Deputados.

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: ***30****/30*

Os conflitos pelo território do hoje Uruguai remetem ao século XVII, com a fundação de Sacramento, e só tiveram uma solução definitiva em 1828, com o fim da Guerra da Cisplatina, na qual foi determinada a independência uruguaia. A guerra foi antecedida, contudo, pelos conflitos decorrentes da reorientação expansionista que Dom João assumiu ao chegar ao Brasil.

Desde 1777, com Santo Idelfonso, a Banda Oriental, incluindo Sacramento, estava em poder da Espanha. A expansão napoleônica na Europa forçou a transmigração da Corta Portuguesa ao Brasil, depois da invasão de Junot, acertada com a Espanha. Contudo, quando Napoleão prende o Rei Espanhol Fernando VII e seu pai, colocando um Bonaparte no trono espanhol, inicia-se uma guerra civil, em que a Espanha insurreta não é mais inimiga de Portugal.

A primeira incursão portuguesa na Banda Oriental ocorre em 1811. No ano anterior, o Vice-Reino do Prata decretara o cabildo aberto. O comando do Vice-Reino fora transferido para o governador Elío, de Montevidéu, com instruções para que pedisse ajuda ao Império português para conter as revoltas. Elío solicita apoio de Dom João para sufocar o levante de Artigas, apoiado pelas Províncias Unidas; Carlota Joaquina, irmã do Rei espanhol deposto, quer aproveitar-se da rebelião para expandir seu poder na região. No entanto, pressões de Lord Strangford e da Inglaterra, que, ao contrário da invasão de Caiena, não apoiavam o expansionismo português na Banda Oriental, dissuadem-na. Artigas chega ao poder.

A segunda invasão, em 1816, ocorre a pretexto de conter o republicanismo radical de Artigas, que tinha o projeto de aglomerar as províncias do antigo Vice-Reino do Prata em torno de si. Nesse momento, com a partida de Strangford, e com o fim das guerras napoleônicas, a Inglaterra tem menos poder de influência para deter Portugal. Os portugueses tomam Montevidéu em 1816 e ocupam a Banda Oriental completamente em 1812. Artigas, derrotado, vai buscar asilo no Paraguai, onde ficará até a sua morte.

Dom João determina a anexação da Banda Oriental. No entanto, tendo sido conclamado a voltar a Portugal pelas cortes da Revolução do Porto, deixa para Dom Pedro assinar o decreto que incorpora a Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Cisplatina. Nas guerras independência, a Cisplatina, com forte presença militar portuguesa, é uma das províncias que oferece maior resistência, sendo pacificada apenas em 1823.

Como se sabe, Dom Pedro I, ora governante do Brasil, fecha a Assembleia Constituinte na Noite da Agonia, outorgando, em 1824, a primeira constituição brasileira, com a previsão do Poder Moderador.

A Província Cisplatina, que historicamente tinha maior proximidade cultural com as Províncias Unidas, subleva-se contra a Constituição autoritária. Os 33 orientales, comandados por Lavallejas, saem de Buenos Aires e tomam a Cisplatina, declarando a secessão do Império e a anexação às Províncias Unidas. É o começo da Guerra da Cisplatina, com a declaração de guerra do Império, depois que as Províncias Unidas confirmaram a anexação.

A guerra se estenderá de 1825 a 1828, sendo extremamente impopular no Brasil, ao contrário de nas Províncias Unidas, onde a guerra gerava algum entusiasmo da opinião pública. O Império Brasileiro apresentava, ao menos em teoria, superioridade naval, embora seus navios não fossem adequados para a navegação fluvial e haja havido acusações de incompetência da Marinha. De toda forma, o Brasil consegue estabelecer o bloqueio da Foz do Prata. Como reação, as Províncias Unidas começam a conceder cartas de corso aos navios de bandeira estrangeira.

A Batalha de Passo do Rosário, na qual as Províncias Unidas obtêm importante vitória, marca a impossibilidade brasileira de obter a vitória por terra e o encaminhamento da guerra para o impasse. Do outro lado, após a pequena derrota na Batalha de Juncal, a marinha imperial devasta a portenha na Batalha de Santiago.

O bloqueio do Prata gera estremecimentos com as potências europeias, que veem embargados seus objetivos comerciais na região. O episódio mais emblemático é o Caso Spark, no qual um navio norte-americano foi afundado pela marinha brasileira ao buscar furar o bloqueio. Em decorrência do episódio, as relações entre o Império e os EUA estiveram rompidas de 1827 a 1828.

À medida que se estendia o impasse militar, sem possibilidades de fim iminente, os dois lados vão se desgastando militar e economicamente. Em 1826, antevendo os custos de se prolongar o conflito, o presidente argentino Rivaldavia envia missão ao Brasil para negociar os termos da paz, com instruções secretas de, inclusive, aceitar a cessão da Cisplatina ao Império brasileiro. No entanto, a proposta de Rivaldavia acaba vazando em Buenos Aires, onde é tida por ultrajante, e ocasiona a deposição do presidente.

A Inglaterra já havia tentado uma primeira mediação em 1826, quando foi rechaçada pelo Brasil. À Inglaterra, grande potência comercial da primeira metade do século XIX, não interessava que os conflitos entre Brasil e as Províncias Unidas prejudicassem o comércio platino. Em 1828, é proposta novamente a mediação. Os dois países, já exauridos pela Guerra, aceitam a mediação de Lord Posomby. A solução final é a independência da Cisplatina, doravante Uruguai, "um algodão entre dois cristais", nas palavras de Posomby. Pelo tratado provisório de 1828, Brasil, Argentina e Inglaterra se comprometem a ser fiadores da independência do novo país.

A guerra teve consequências desastrosas para o Império. Os esforços de guerra tiveram impacto negativo nas finanças públicas, já combalidas pelas dívidas da independência e pela limitação tarifária dos tratados desiguais. Em 1828, no Rio, houve um levante de mercenários irlandeses e alemães em virtude do atraso nos soldos. Ademais, as reclamações de indenização das potências europeias pelas perdas decorrentes do Bloqueio do Prata se estenderiam até a Regência.

De maneira geral, a Guerra foi impopular no Brasil, onde vigia o sentimento geral de se estar lutando e envidando esforços por uma causa longínqua e pouco relevante. O Parlamento, reaberto em 1826, não se furtou a tecer críticas à Guerra, amiúde vista também como uma veleidade pessoal do Imperador, junto às disputas sucessórias portuguesas. A Guerra da Cisplatina foi um dos principais, mas não o único, desgastes que culminaram, em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 9,5/9,5**
    - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
    - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 10/10**

Resultado

Nota: **30,00**

Anônimo
nota: ***27,63****/30*

A Guerra Cisplatina, cujas causas já estavam presente em 1821, no governo de Dom João VI, e que teve seu desfecho em 1828, já sob o governo de Pedro I, é de grande relevância na história da política externa brasileira. O conflito tem raízes históricas muito longevas, que podem ser referidas a 1680, ano de fundação da Colônia de Sacramento, e marca disputas geopolíticas relacionadas ao processo de formação dos Estados Nacionais da região e ao domínio da navegação na bacia platina. Ainda, seus desdobramentos tiveram efeitos no plano doméstico brasileiro e contribuíram para a queda do monarca, que abdicou ao trono em 1831.

O conflito pelo controle da Banda Oriental no início do século XIX arrastou-se desde 1812. De fato, após o projeto da transmigração da Corte portuguesa ao Brasil ser realizado, em 1808, o Príncipe Regente, D. João, tomou atitudes ofensivas em relação a seus inimigos europeus. Nesse sentido, Espanha e França, que haviam acordado a ocupação de Portugal no Tratado de Fontainebleu, tiveram suas possessões americanas atacadas. O Príncipe Regente ordenou a ocupação de Caiena, território que foi devolvido em 1816, após as negociações do Congresso de Viena, e da Banda Oriental. Entretanto, a ação no território platino não logrou sucesso, haja vista que a Grã-Bretanha se opôs a ela, temendo que os conflitos na região pudessem interromper seus fluxos comerciais.

Em 1816, nova invasão da Banda Oriental ocorreu. Dessa vez, os britânicos estenderam seu apoio a Dom João VI, que assumira formalmente o comando monárquico após a morte de sua mãe, Dona Maria I. O suporte dos britânicos, embora tenha sido somente no plano político, deu-se em virtude da situação política na região em questão. Com efeito, o líder José Gervásio Artigas vinha ganhando apoio de amplos segmentos da população local, sob proposta de governo reformista, inclusive colocando em questão o regime escravista e abrindo a possibilidade da criação de nova entidade política. Essa situação ameaçava os interesses tanto brasileiros quanto ingleses, de modo que a ocupação foi efetivada. Em 1821, a Banda Oriental foi formalmente incorporada ao Império luso-brasileiro, sob o nome de Província Cisplatina.

Contudo, em 1825, o Congresso de Buenos Aires aprovou uma declaração que incorporava a Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em seguida, foram enviados para se apossar dessa área os chamados "33 orientales", comandados por Lavalleja. Iniciou-se, portanto, a Guerra Cisplatina, na medida em que D. Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata.

A guerra foi longa, e as forças de ambos os lados eram insuficientes para sobrepujar umas às outras. No plano terrestre, as forças platinas eram mais bem equipadas e lograram ampla vantagem territorial. De fato, o Brasil, recém-independente (1822), gozava de superioridade naval, pois havia dado início à formação de uma marinha de guerra para fazer frente aos portugueses. Como Ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros, José Bonifácio contratou mercenários estrangeiros para realizar essa tarefa, como John Grenfell, Thomas Cochrane e Pedro Labatut. A marinha brasileira, nesse sentido, esteve vinculada aos desafios externos brasileiros desde o início da vida independente do país, como assinala Francisco Doratioto. Na Guerra Cisplatina, foi notável a participação dos encouraçados nacionais na batalha do Juncal. Essa condição naval superior levou a que os combates ficassem em impasse, já que nenhuma das partes obteve vitória definitiva, apesar do êxito platino na batalha de Ituzaingó/Passo do Rosário.

Na altura de 1828, frente a essa situação, a Grã-Bretanha resolveu agir. Os bloqueios efetivados pela marinha brasileira nos portos platinos estavam gerando perdas comerciais significativas para ingleses e franceses, de modo que a situação precisava ser equacionada. A Grã-Bretanha, então, passou a mediar as negociações de paz. Antes do desfecho final, no entanto, representante platino foi enviado para o Rio de Janeiro a fim de chegar a um acordo. Contudo, o plenipotenciário platino foi desautorizado em suas gestões, após ter concordado em ceder a Banda Oriental ao Brasil. Esse fato levou à queda de Rivadávia como presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata. Seu substituto levou as negociações tripartite adiante. Em 1828, foi assinado o Tratado Provisional da Paz, mediado por Lord Ponsonby, plenipotenciário britânico. O acordo, ao selar a paz, previu a criação do Estado do Uruguai, um “algodão entre dois cristais”, na expressão de Ponsonby, cuja independência era indefinidamente garantida pela Inglaterra.

Conforme o discurso do deputado Lino Coutinho ilustra, a Guerra Cisplatina trouxe grandes descontentamentos domésticos. Reaberto desde 1826, após o fechamento da Constituinte na “noite da agonia”, o Parlamento virou palco dos embates entre o monarca e os deputados. De fato, causavam grande insatisfação os excessivos gastos com o conflito, o recrutamento militar para nele lutar e os arroubos autoritários de Pedro I. O monarca já havia assinado, sem o aval parlamentar, os acordos relativos ao reconhecimento do Brasil por Portugal e Inglaterra, além de ter assumido compromisso com os ingleses referente ao fim do tráfico de escravos, o que punha em risco a sustentação da economia nacional. Na esteira da guerra, a oposição a Pedro I aumentou, também por conta de o resultado do conflito ter sido desfavorável ao Brasil. Em 1831, após resistência no Parlamento, protestos de rua (“noite das garrafadas”) e o assassinato do jornalista crítico ao governo Líbero Badaró, o monarca abdicou ao trono. Para autores como Rubens Ricupero, esse ano marca a independência de fato do Brasil, na medida em que o poder ficou, finalmente, sob o domínio dos brasileiros.

No plano econômico, vale registrar que a guerra causou enormes dispêndios, de modo que o reinado de Pedro I é marcado pela oposição à situação econômica favorável do período joanino. Com efeito,

as incipientes manufaturas, desenvolvidas após a revogação do Alvará de Dona Maria I que as proibia, conheceram grande aumento. Os excessos financeiros de D. Pedro, entretanto, levaram à sua desorganização. O consistente aumento dos impostos para financiar o conflito também causou descontentamento, sobretudo nas províncias do Norte e Nordeste, que já sofriam com a centralização fiscal desde 1808. A Confederação do Equador, encabeçada por Frei Caneca, em 1824, foi resultado dessas questões, que também acirraram a oposição ao monarca no final dos anos 1820.

A Guerra Cisplatina marcou o início de prolongados conflitos em torno da Bacia do Rio da Prata entre o Império brasileiro e as repúblicas vizinhas, que se repetiriam em 1850-1852 e em 1864-1870, na Guerra da Paraguai. Seu desfecho resultou na criação do Uruguai como Estado independente e favoreceu a queda do monarca brasileiro, em 1831.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 7,13/9,5**
    - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
    - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 10/10**

Resultado

Nota: **27,63**

Rafael Mendes Bernardes

nota: ***27,50****/30*

A região platina constituiu área contenciosa entre Portugal e Espanha durante todo o período colonial devido tanto à importância das vias navegáveis para a integração do território como pela importância econômica do escoamento legal e ilegal de mercadorias pelo Estuário do Prata. A Guerra da Cisplatina, já no período de independência do Brasil e Argentina constituiu, nas palavras de Doratioto, o último conflito nessa região baseado na lógica geopolítica herdada das potências metropolitanas.

Durante a Guerra de Las Laranjas (1801), entre Portugal e Espanha em torno da região de Olivença, o governo de D. João VI, ainda em Portugal, determina que as autoridades coloniais na América procedam à invasão da região de 7 povos das missões, que pelo Tratado de Santo Ildefonso deveria ficar com a Espanha, assim como Colônia.

Após a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, D. João inicia planejamento para, enfim, anexar a região de Colônia novamente ao Brasil. Como a Espanha havia se aliado a Napoleão, D. João poderia justificadamente invadir o território espanhol. Entretanto, logo depois, chegou a notícia de que a Espanha se rebelara contra a França, fazendo D. João suspender o plano de invasão. Apenas quando as autoridades argentinas, após a Revolução de Maio (1810), demandaram a adesão uruguaia, D. João promove sua primeira intervenção na região, em 1811. Após mediação do representante inglês, os argentinos assinam armistício com o representante espanhol no Uruguai e D. João se vê forçado a retirar as tropas da Banda Oriental. Após o armistício, Artigas, que havia comandado a invasão portenha ao Uruguai, retira-se para o interior e forma um sistema político paralelo, incluindo regiões uruguaias e argentinas. A Liga dos Povos Livres, formada por Artigas, levaria à segunda intervenção joanina na região, desta vez com a anuência dos argentinos, uma vez que as autoridades portenhas desejavam por fim ao projeto autonomista de Artigas.

Dessa forma, quando do retorno de D. João a Portugal, a banda oriental encontrava-se ocupada por forças portuguesas. A independência do Brasil levaria a novos desentendimentos, uma vez que parte das tropas portuguesas juraram fidelidade a D. João, enquanto outra parcela aderiu a D. Pedro e a Independência. Após rápido conflito, a Banda Oriental seria incorporada ao novo país, o Império do Brasil.

A Guerra da Cisplatina inicia-se com a invasão de Lavalleja y los 33 orientales, que visavam promover a independência do Uruguai. Embora a expedição de Lavalleja não tenha sido organizada pelas autoridades portenhas, Buenos Aires acabaria tomando parte no conflito, o que iniciou a guerra entra Brasil e Argentina.

Isso ocorre quando, reunidos em um Congresso, os uruguaios declaram a separação da região do Império e sua união à República da Argentina, que, por sua vez, manifesta sua anuência ao movimento.

Dentre os desdobramentos diplomáticos da guerra, conforme explica Luís Villafañe em o Império e as Repúblicas do Pacífico, está a tentativa da Argentina de colocar todo o continente contra o Brasil, por meio de gestões junto a Bolívar. O herói da independência latino-americana, após consultar a Inglaterra sobre a questão, decide pela neutralidade, influenciado pelas opiniões britânicas.

A guerra durou de 1825 a 1828, caracterizada por um impasse entre os dois contendores. Enquanto a Argentina apresentava superioridade terrestres, a Marinha Imperial prevalecia na guerra marítima. Entretanto, nem a Argentina conseguiu invadir definitivamente o território rio grandense, o que forçaria o Império a capitular, nem os navios Imperiais conseguiram penetrar satisfatoriamente no estuário platino, devido ao grande calado dos navios. Diante do impasse militar, o presidente argentino chegou a enviar representante diplomático ao Rio de Janeiro a fim de negociar o fim do conflito. Chegou-se a um tratado pelo qual a Argentina aceitava a posse brasileira da Banda Oriental. Entretanto, quando os termos do acordo foram divulgados na Argentina, o presidente argentino foi obrigado a renunciar devido à rejeição do país ao acordo.

Por fim, o conflito somente seria resolvido após a mediação britânica. Exaustos pela guerra, Brasil e Argentina aceitam a independência do Uruguai após o que é caracterizado por Doratioto como o último conflito oriundo da lógica geopolítica dos Impérios coloniais espanhol e português.

O impasse militar gerado pela guerra, bem como o dispendioso volume de recursos fiscais utilizados para a sua sustentação, tornaram a guerra intensamente impopular no Brasil. Essa perspectiva era manifestada nos discursos parlamentares extremamente críticos à guerra. Conforme menciona Amado Cervo, o Parlamento à época, embora possuísse poucas atribuições em termos de política externa, funcionava como caixa de ressonância das insatisfações populares.

Politicamente, a Guerra da Cisplatina implicou desgaste político do Imperador, devido às derrotas sofridas em batalhas terrestres, ao prolongamento excessivo do conflito e, por fim, à independência uruguaia, entendida como uma derrota do Império. Economicamente, a guerra agravou sobremaneira a situação fiscal do país, já debilitada por outros equívocos, na visão do Parlamento, do Imperador, como o pagamento de indenização de 2 milhões de libras a Portugal pela Independência, e a adesão a tratados comerciais com baixas tarifas alfandegárias, em um momento em que esse imposto era a principal fonte de arrecadação dos países. Ademais, a Guerra da Cisplatina geraria pesados pedidos de indenizações por parte de terceiras nações devido a apresamento ou a ataque a navios dessas nações durante a guerra.

Cita-se, por exemplo, o Caso do Navio Sparks, dos Estados Unidos, que foi considerado como a serviço da Argentina, tendo sido por isso atacado, o que levaria ao rompimento das relações entre o Império e os Estados Unidos por um breve período.

Em conclusão, embora a Guerra da Cisplatina não tenha sido o único fator a levar à abdicação de D. Pedro I, ela certamente contribuiu sobremaneira com o clima de insatisfação popular que levaria à queda do Imperador. A dívida contraída para sustentar o conflito, bem como o pagamento das indenizações, agravou a situação econômica do país, levando a grande déficit público, déficit externo, e desvalorização da moeda. Ao desgaste político causado pelo prolongamento da guerra, adiciona-se o desgaste político gerado pelas medidas despóticas adotadas pelo Imperador, como fechamento da constituinte e estabelecimento de tribunais de exceção para julgar os rebeldes pernambucanos. Por fim, o envolvimento do Imperador na sucessão portuguesa, utilizando recursos brasileiros em favor das pretensões de sua filha, geraria mais insatisfações entre os brasileiros.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 9,5/9,5**
   - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
   - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 7,5/10**

Resultado

Nota: **27,50**

Nota média: Gabriela Ruggeri
nota: ***22,63**/30*

A Guerra da Cisplatina (1825-1828), apesar de ter ocorrido após alguns anos da proclamação da independência do Brasil, refletiu a lógica das disputas coloniais entre Portugal e Espanha. Por causa de antigas ambições sobre a região da Cisplatina, o Império lançou-se em uma guerra na qual não obteve vitória. Além de impopular, o conflito gerou severa crise fiscal, contribuindo, dessa maneira, para os desdobramentos que levariam à renúncia de Dom Pedro I.

As ambições portuguesas sobre a região remontam à fundação de Colônia do Sacramento (1680), para garantir o acesso ao Mato Grosso, à foz do Rio da Prata e ao contrabando da prata de Potosí. Após várias disputas, Colônia passou ao domínio espanhol definitivamente pelo Tratado de Santo Ildefonso. Posteriormente, a transmigração da Corte portuguesa reanimou as ambições sobre a região. A Europa encontrava-se dominada por Napoleão Bonaparte, que inicialmente contava com o apoio da Espanha. Após a entrevista de Bayonne e a capitulação do Rei espanhol, irmão de Carlota Joaquina, as colônias espanholas iniciaram seu processo de independência. O contexto dos anos iniciais da transmigração favoreceu, assim, os desejos expansionistas de D. João VI. A primeira intervenção portuguesa na Banda Oriental ocorreu no início da década de 1810, sob pretexto de auxiliar o vice-rei Elío, cercado em Montevidéu. As forças luso-brasileiras, contudo, foram obrigadas a se retirar a contragosto, após pressões do Reino Unido. Nova intervenção ocorreu alguns anos depois, em reação à Liga dos Povos Livres de Artigas. O libertador uruguaio, que já se havia chocado com tropas luso-brasileiras na primeira intervenção, conseguiu controlar a Banda Oriental. Por ter um projeto considerado progressista, que incluía reforma agrária e libertação dos cativos, e por ameaçar o território brasileiro dos Setes Povos das Missões, Artigas foi visto como inimigo. Desse modo, iniciou-se uma guerra pelo controle do Uruguai, sem que houvesse interferência de Buenos Aires, e as tropas luso-brasileiras venceram. O território foi incorporado formalmente ao Império em 1821, mas, segundo Amado Cervo, permanecia uma protoidentidade uruguaia que impedia total fusão ao Brasil. Assim, após incursão dos 33 Orientales de Lavalleja e lutas na região, o Uruguai declarou-se independente do Império e pediu a anexação das Províncias Unidas, que logo aceitaram a proposta. Dessa forma, iniciava-se a guerra entre Brasil e as Províncias Unidas.

A Guerra da Cisplatina evidenciou o despreparo das Forças Armadas Imperiais, que sofreram, inclusive, derrotas importantes, como a do Passo do Rosário. A Marinha brasileira possuía embarcações mais poderosas, mas que tinham dificuldade de movimentação em águas fluviais, por causa da profundidade dos rios, gerando vantagens às Províncias Unidas. Apesar disso, nenhum dos países consegui impor-se sobre o outro, causando um impasse que somente onerava os cofres públicos e atrapalhava a navegação e o

comércio na Bacia do Prata. As Províncias Unidas decidiram negociar, e Rivadavia enviou um representante ao Rio de Janeiro, que concordou em ceder a Banda Oriental ao Império. A divulgação do acordo gerou descontentamento em Buenos Aires e Rivadavia precisou renunciar. Diante da situação, a Grã-Bretanha propôs uma mediação, uma vez que era prejudicada pelas instabilidades que dificultavam o comércio na região. O Uruguai seria um Estado tampão independente, ou, segundo as palavras do representante inglês, "um algodão entre dois cristais". As partes aceitaram, porquanto não havia sinais de que uma vitória de um dos lados fosse possível. Para o Império do Brasil, os elevados gastos com uma guerra baseada em aspirações coloniais mostraram-se em vão. O Imperador, que já estava com baixa popularidade, teve sua imagem ainda mais prejudicada, o que contribuiu, certamente, para sua posterior renúncia.

Desde a Noite da Agonia e a dura repressão contra a Confederação do Equador, o Imperador era visto como crescentemente autoritário. A Guerra da Cisplatina, igualmente, gerou descontentamento por causa do impasse e do posterior insucesso, que, parar piorar, causou forte crise fiscal no governo. Durante a guerra, houve também ruptura de relações diplomáticas com os EUA, por causa de incidente com o Navio Spark, acusado de corso, bem como a assinatura dos tratados desiguais com a Inglaterra, estendidos depois a outras nações, pelo reconhecimento da independência. Com as capacidades de arrecadação de impostos limitadas, altos gastos com a guerra e elevada inflação, o Império encontrou-se em crise econômica e política. Dom Pedro estava em constante disputa com o Parlamento, que dificultava a aprovação do orçamento imperial (importante para a mobilização da guerra, por exemplo) e o criticava abertamente. Após a Noite das Garrafadas e a dissolução do Ministério dos Brasileiros, Dom Pedro I aproximou-se, cada vez mais, dos portugueses, formando o Ministério dos Marqueses. Para piorar a situação, era acusado da morte de Libero Badaró, e os ânimos antilusitanos cresciam nas cidades, como resposta à inflação repassada pelos comerciantes lusos.

A Guerra da Cisplatina foi um dos mais importantes fatores para a renúncia de D. Pedro I, uma vez que contribuiu tanto para a crise econômica, com o déficit fiscal, quanto para a política, causando constantes quedas de braço entre Imperador e Parlamento. Com a aproximação ainda maior entre D. Pedro I e os áulicos portugueses, o apoio ao monarca diminuiu substancialmente, ao ponte (sic) de ver-se pressionado pela própria guarda real. Sem apoio e com interesses na crise de sucessão portuguesa, decorrente de golpe de seu irmão, o Imperador renunciou em favor de seu filho, de apenas 5 anos, e voltou a Portugal. Para alguns historiadores, esse foi o marco definitivo da independência do Brasil.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 7,13/9,5**
   - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
   - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 5/10**

Resultado

Nota: **22,63**

Pior nota: Anônimo
nota: ***12,88***/*30*

O Extremo Sul do Brasil havia sido, desde ao menos a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, região contestada e de grande conflagração entre a América Espanhola e Portuguesa, cujas invasões e reconquistas eram marcadas pelas guerras europeias e pela satelitização dos países ibéricos nos séculos XVIII e XIX. Se o Tratado Provisional de 1681 nunca será delimitado, sob auspícios do Papa Inocêncio XI que diferia a demarcação em favor de Portugal, o Tratado de Utrecht (1715) garantia a Colônia no Brasil, enquanto o Tratado de Madri (1750) o dava à Espanha, bem como o de Santo Idelfonso (1777), vez que o de Madri havia sido anulado pelo Tratado de El Pardo (1761). No contexto das guerras napoleônicas, já no período joanino, Portugal e Espanha entram em conflito na Guerra das Laranjas, sendo resolvida pela Paz de Badajos (1801). Se o tratado provisional de Santo Idelfonso garantia a devolução pacífica dos territórios ocupados pela Espanha em Santa Catarina, é no contexto da Paz de Badajoz que os gaúchos recuperarão manu militari os territórios gaúchos invadidos anteriormente por Pedro Cevallos. Todo esse contexto demonstra o irredentismo oriental e o interesse português de manter seu acesso ao Prata, que lhe facilitava também acesso ao Mato Grosso.

Em 1808, quando da finalização da transmigração da Corte, Dom João VI decretou nulos os tratados de limites anteriores, vez que assinados à força. Em 1810, ocorre a revolução de mayo em Buenos Aires, e a Espanha é obrigada a ascender Montevideu à capital do Vice-Reino da Prata, e Elío, seu governador, a vice-rei. Em 1812, D. João VI oferece a Elío sua ajuda real para combater Artigas, o que lhe é negado. A rainha Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, preso em Bayonne, negocia a apresentação da Justa Reclamação de seu filho Pedro Carlos aos territórios espanhóis da América, no que é auxiliada pelo almirante Smith, o que tampouco prospera. Contudo, D. João VI faz valer sua pretensão sobre a região e a invade sob pretexto de auxiliar Elío, conquistando territórios. O representante inglês Rademaker, contudo, consegue promover um armistício contra a vontade de D. João VI. Assim, o federalista Artigas se impõe sobre os hegemonistas de Buenos Aires, fundando uma federação entre Corrientes, Santa Fé, Entre Ríos e Córdoba (Liga Federal). Sob pretexto do irridentismo oriental, do combate à ideologia perigosa de Arigas (defendia reforma agrária e abolição da escravidão) e por seus interesses no Prata, D. João VI invade novamente a região setentrional em 1816, tendo o general Lecor conquistado Montevidéu já em 1817 e, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, incorpora-se a Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821, extraindo-o das PURP, criada no Congresso de Tucumán (1816).

Durante a regência de D. Pedro I, antes mesmo da declaração de independência o regente estava concedendo nacionalidade brasileira aos cisplatinos, em clara afronta às Cortes de Lisboa. Durante a

Guerra de Independência, a Província Cisplatina se consolidará como uma das regiões mais conflagradas, ao lado da BA, tendo destaque o nascente Exército e Marinha brasileiros na pacificação da região. Vale lembrar que em 1816, nem Rademaker nem o Conde de Linhares estavam no RJ.

Já em 1825, contudo, Llavalleja, Oribe e os "33 orientales" realizam o Congresso de Florida, declarando que a Banda Oriental, então Cisplatina, se integraria às Províncias Unidas do Rio da Prata. Segue-se o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, com batalhas realizadas por terra e mar. A Marinha brasileira, embora superior à marinha Argentina, graças à sua consolidade durante a guerra de independência, sofre derrota na Batalha de Santiago, mas praticamente liquida a guerra no mar com a Batalha de Juncal. A superioridade no mar, contudo, não era suficiente, pois não se podia subir o Prata com o grande calado dos navios brasileiros. Assim, bloqueia-se os portos de Buenos Aires, sem garantir vitória. Os platinos adotam, então, a tática do corso, levando o Brasil a apreender navios sob qualquer bandeira. Em 1827, contudo, a marinha brasileira detém o navio Spark, norte-americao, o que gerará rompimento das relações diplomáticas com os EUA até o ano seguinte. Em terra, contudo, os platinos são superiores às tropas brasileiras, derrotando-as na importante Batalha do Paso do Rosário ou de Ituzaingó. Isso tampouco era suficiente para que os platinos pudessem avançar e conquistar territórios brasileiros em definitivo, chegando a Guerra da Cisplatina (1825-1828) a um impasse. Rivadavia, contudo, envia a missão diplomática de Manuel Garcia para o Rio de Janeiro para negociar o reconhecimento da vitória brasileira e as condições de paz, o que implicará a queda de Rivadavia e sua substituição por Dorrego. Com o impasse ainda mantido, a GB envia o representante Ponsonby para negociar a paz, que é selada com a criação da República Oriental do Uruguai, um "algodão entre dois cristais" que asseguraria a paz no Prata que tanto interessava à Inglaterra.

Do ponto de vista interno, a Guerra da Cisplatina agravava a crise econômica, grave desde o saque da Corte Portuguesa no Banco do Brasil, em seu retorno, e a crise política. Além da falência do Banco do Brasil em 1829, d. Pedro I ainda gastava muito com a questão dinástica de D. Maria II contra D. Miguel desde o golpe de Vilafrancada, com a missão Santo Amaro tentando angariar apoio para D. Pedro, o que desagradava ao "partido brasileiro". O fechamento do Parlamento em 1823, com outorga da Constituição, faz com que, em sua reabertura, em 1826, as críticas ao excessivo dispêndio em guerras de interesse mais português que brasileiro sejam ainda mais incisivas. Com o fim da guerra, as críticas ao autoritarismo interno de D. Pedro I também são redobradas e, depois, atiçadas pela revolução de 1830 que depunha Carlos X na França, um ultrarrealista. A não vitória em uma guerra dispendiosa e quase vencida acirram as críticas, e d. Pedro I demite um ministério brasileiro por um de marqueses. A crise se agravava com o assassinato do liberal Liberto Badaró, com a Noite das Garrafadas entre brasileiros e portugueses em seu retorno de MG e culmina em sua renúncia, a 7 de abril de 1831.

Vale, por fim, acrescentar que no Congresso de Viena, ainda e, 1815, havia sido decidido pela devolução da Banda Oriental à Espanha sob pagamento de 7,5 mi de francos pelas despesas militares

contra Artigas. A Espanha pretende, porém, recuperar a terra sem o pagamento, porém é impedida pelo Golpe de Vilafrancada, em 1820, que impede uma ação militar no Sul da América. (90 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 2,38/9,5**
    - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
    - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 0,0/10**

Resultado

Nota Provisória: **12,88**

Nota Final: **12,88**

COMENTÁRIO

RECURSO QUESITO 2.1:

O candidato gostaria, respeitosamente, de solicitar majoração da nota nesse quesito, uma vez que foram apresentados os pontos necessários ao cumprimento do que era solicitado no enunciado.

Dedico as linhas 1-48 (em especial, as linhas 18-48) e um acréscimo (fora de ordem na estrutura, porém com correta indicação cronológica) nas linhas 86-90 para este item, porém minha nota foi apenada em 75%.

Ainda que haja muitas informações que não se referem diretamente às questões de fronteira na região da Banda Oriental/Cisplatina especificamente nos governos de Dom João VI e Dom Pedro I, acredito que elas podiam ser relevantes para a compreensão da situação fronteiriça no período pedido. Ademais, as informações suplementares citadas não prejudicaram a exposição de vários dos desdobramentos exigidos pelo item 2.1, incluindo todos os pontos trazidos no Padrão de Respostas.

Receio que a exposição excessivamente pormenorizada (e, em parte, fora do escopo, tem-se que reconhecer) do quesito pedido possa ter ofuscado precisamente as informações exigidas na questão, motivo pelo qual indico as linhas exatas onde constam tais informações em minha resposta.

- Região era disputada desde o século XVII, com a fundação de Sacramento em 1680 (l.1-2)
- Continuidade da lógica geopolítica herdada das metrópoles após independência (l.3-5/78)
- Objetivo luso-brasileiro é garantir acesso ao MT pela Bacia do Prata (l.16-18)
- Pretensões de d. Carlota Joaquina no Prata (l.24-28): a narrativa da "Justa Reclamação" (l. 26) é feita de acordo com aquela presente no cap. III, do Livro III, do volume I do tomo II, da "História Geral da

Civilização Brasileira", 6a ed, p. 303-307

- Ocupação portuguesa na Banda Oriental em 1811-12 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.23-24/28-30)

- Oposição britânica e retirada portuguesa (l.30-31)

- Pretexto de combater o republicanismo reformador, federalista e popular de Artigas (l.34-35/24)

- Ocupação portuguesa na Banda Oriental em 1816-1821 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.36-39)

- Vitória lusa sobre Artigas e fim da sua Liga dos Povos Livres (l.38-39)

- Incorporação da Cisplatina ao Reino de Portugal, Algarves e Brasil em 1821 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.39)

- Cisplatina como província do Império do Brasil em 1822 (l.42-43/47-48)

- A Cisplatina e a Independência do Brasil (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l. 42-45)

- Lavalleja lidera os 33 orientales vindos de Buenos Aires: (l.46-48)

- Incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata em 1825 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.48)

Diante do exposto, reitero, respeitosamente, o pedido de majoração da nota concedida nesse quesito, considerando a apenação de 75% da nota excessiva diante de extensa caracterização do item cobrado, abarcando, inclusive, os quatro itens citados no Padrão de Respostas e seus vários desdobramentos.

RESPOSTA AO QUESITO 2.1

Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato. A pontuação obedeceu a critérios isonômicos que, além adotarem como parâmetro o desempenho ideal do candidato na questão, consideraram a qualidade relativa e comparada das provas. Considerado o recurso em todos os seus aspectos, a banca não vê motivos para alterar a nota.

RECURSO QUESITO 2.3

Acredito, respeitosamente, ter havido algum engano técnico na atribuição da minha nota neste quesito.

Dediquei majoritariamente as linhas 71-85 justamente à resposta a esse item, porém me foi concedida nota Zero no quesito, embora eu tenha discorrido sobre os desdobramentos pedidos, incluindo os dois presentes no Padrão de Resposta. O desenvolvimento do tema contemplou corretamente os itens elencados a seguir:

- Repressão às tropas leais à Lisboa após a independência (l.43-45)

- Falência do Banco do Brasil (l.73)

- Fechamento da Constituinte na "Noite da Agonia" (1823) (l.76-79)

- Outorga da Constituição (l.77)

- Envolvimento do Imperador na sucessão portuguesa (l.73-76)

- Reabertura do Parlamento favorável à guerra (1826) (l.77)

- Prolongamento da guerra e das despesas (l.78-79)

- Desfecho da guerra evidencia incapacidade militar de d. Pedro I (l.82)

- Oposição política entre "brasileiros" e "portugueses" (l.76/83-84)

- Acirramento da oposição liberal no Parlamento e nas ruas (l.83-85) - Agravamento do antilusitanismo (l.84)

Diante disso, peço, respeitosamente, a correção e majoração da nota neste quesito. Embora a exposição tenha seguido uma estrutura temática (primeiro problemas econômicos, depois acirramentos e desgastes políticos), a correta atribuição de data, causa e consequência para os eventos históricos constituem correta apreensão dos fatos da História.

RESPOSTA AO RECURSO DO QUESITO 2.3:

Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 3

Em 22 de janeiro de 1962, ministros das relações exteriores dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniram-se sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca para considerar "as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos". A Conferência focava a situação política do governo de Cuba, cujo líder — Fidel Castro — declarara adesão ao marxismo-leninismo, e as alegadas ações contra países vizinhos. Após dez dias de discussões, em 31 de janeiro, Cuba foi suspensa da Junta Interamericana de Defesa e da OEA — esta última decisão não contou com votos favoráveis dos maiores Estados latino-americanos.

Hélio Franchini Neto. **Política externa independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962.** *In: Revista Brasileira de Política Internacional. 48 (2), 2005, p. 129-51 (com adaptações).*

A partir do texto apresentado, redija um texto dissertativo sobre o posicionamento brasileiro na Conferência de Punta del Este, em 1962. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

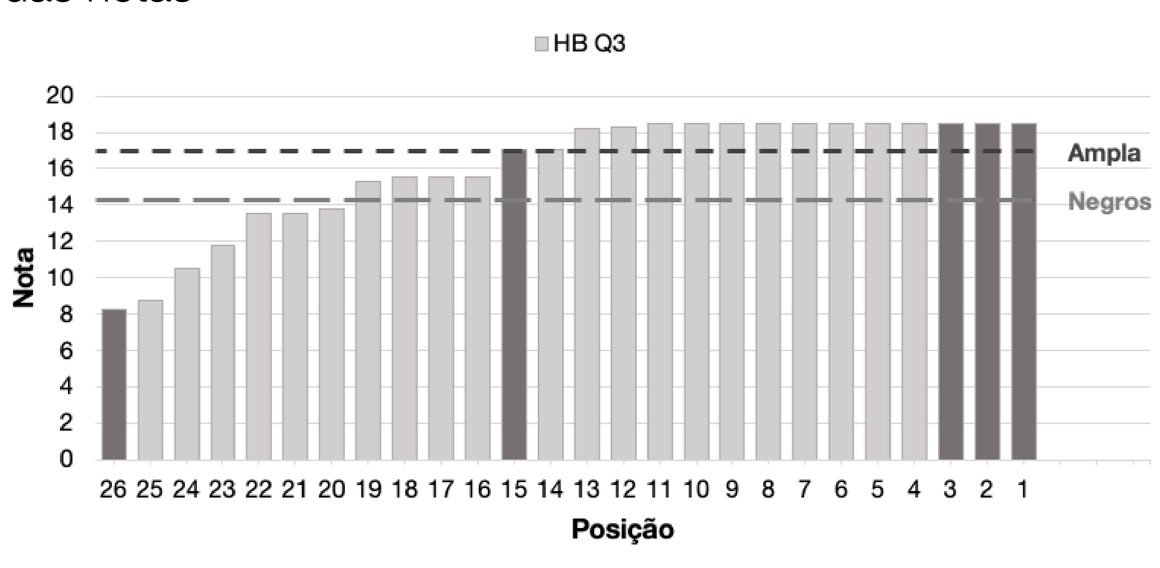
1. a questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria;

2. os desafios da questão cubana à política externa independente;

3. o posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 3

1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria; a adesão cubana ao socialismo; a crise dos mísseis;

2. Política externa independente; desafios de Cuba à PEI;

3. A Conferência de Punta del Este, 1962. Proposta dos Estados Unidos de adoção de sanções e da suspensão de Cuba da OEA; a oposição brasileira e as razões para abstenção do voto.

Ciro Eduardo Ferreira
nota: ***18,50****/20*

A questão cubana foi um dos momentos mais importantes da Guerra Fria no contexto do continente Americano, principalmente por suas consequências nos cenários políticos dos países da região. A Revolução Cubana havia terminado em 1959, mas apenas em 1961, o regime de Fidel Castro aderiu expressamente ao comunismo, o que causava bastante preocupação aos EUA no contexto da Guerra Fria. Os EUA haviam consolidado sua hegemonia em relação aos países do continente americano, estabelecendo vários mecanismos para forjar uma aliança continental, mas que favoreceriam os interesses daquela potência.

Assim, o estabelecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, antes, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, visavam criar mecanismos regionais de defesa e de concertação política para conter possíveis ameaças de espraiamento de forças comunistas no continente. Em nível sistêmico, o início da Guerra Fria se consolidava, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall e as reações da União Soviética a esse plano e aos desígnios dos países ocidentais. A América, em geral, no início da Guerra Fria, mostrou-se do lado capitalista, liderado pelos EUA, até mesmo como continuidade à hegemonia exercida pelo país desde inícios do século XX. No entanto, alguns países ensaiavam políticas externas de cunho mais autonomista e não diretamente alinhados com os EUA, sobretudo após virem-se frustradas inciativas em prol do desenvolvimento econômico na região. Nesse sentido, é notória a iniciativa da OPA, de Juscelino Kubitschek, que teve apoio de países americanos, como a Argentina, mas que não teve o correspondente entusiasmo ou comprometimento dos EUA.

Muitos países da região tinham de endereçar problemas de desenvolvimento e de redução da pobreza, além de dar cabo a processos de industrialização. A política externa independente (PEI) vinha nesse sentido, de se buscar uma atuação mais autônoma e menos ligada às amarras da Guerra Fria, para poder negociar da melhor forma de modo a trazer benefícios e desenvolvimento econômico e social. A PEI, assim, pregava o universalismo das relações internacionais, uma diplomacia não influenciada por conflitos ideológicos da Guerra Fria, adensamento das relações com os países latino-americanos. Dessa forma, o Brasil buscou incrementar seus laços bilaterais com o países do Leste europeu, com a União Soviética, com a China comunista, mas também com países árabes, africanos recém-independentes, sem descuidar de suas relações tradicionais com os EUA e com a Europa Ocidental.

A questão cubana põe em xeque, porém, esse aspecto de “independência”. Como o Brasil estava inserido no contexto americano – e, portanto, ocidental – da Guerra Fria, além de ter grande parte de seu

comércio e de fluxos de investimento dos EUA, o país não tinha, ao fim e ao cabo, uma margem de manobra tão extensa ou tão autônoma como se pensava. O país ainda era dependente de recursos externos para seu desenvolvimento econômico, grande parte dos quais vinha dos EUA. Com a posição clara de Cuba em relação ao seu lado na Guerra Fria, a margem de manobra ficava ainda mais restrita para o Brasil, sobretudo porque a sociedade brasileira e os órgãos políticos vinham se polarizando em campos opostos do espectro político-ideológico da Guerra Fria, agravando a crise de governabilidade interna.

Dessa forma, o posicionalmente do Brasil com relação à suspensão de Cuba buscou manter certo aspecto daquela ideia de autonomia ou de independência da política externa. O Brasil abstém-se de votar pela suspensão de Cuba da OEA, juntamente com outros 5 países dos continente. No entanto, o Brasil vota a favor da resolução de que o comunismo é incompatível com o sistema político e com a trajetória dos países do continente americano, mostrando que o país estava do lado ocidental no contexto da Guerra Fira e não alijar-se de modo contundente do sistema interamericano sob hegemonia dos EUA.

Embora a posição brasileira com relação à suspensão de Cuba tenha, de certo modo, resguardado aspecto de autonomia da PEI, a polarização na sociedade brasileira, aliada à política externa dos EUA de evitar a propagação do comunismo no continente, levou à derrubada do regime democrático e à instauração da ditadura militar no país. O novo regime, por exemplo, rompe relações diplomáticas com Cuba, exacerbando a influência do contexto de acirramento ideológico influenciado pela Guerra Fria.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 6/6**
   - 2.2. **Cuba e a PEI: 4,5/6**
   - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **18,50**

Anônimo

nota: ***18,50****/20*

O tabuleiro geopolítico da Guerra Fria opôs as duas superpotências, EUA e URSS, na disputa de influência no sistema internacional. Área natural de influência dos EUA, constituindo espaço autárquico da pan-região americana de Haushofer, os países do continente americano tiveram margem de manobra limitada pela potência do norte. Grande país da região, o Brasil soube aproveitar-se dos espaços do interamericanismo para enfatizar pleitos nacionais, conseguindo certo grau de autonomia na condução da Política Externa Independente (PEI). Na questão cubana, o Brasil adota postura compatível com sua diplomacia grociana e assume posição autônoma na Conferência de Punta del Este.

O interamericanismo na Guerra Fria centrou-se no anticomunismo, o que foi intensificado no âmbito da questão cubana. A contenção do comunismo, propugnada pela Doutrina Truman, encontrou eco no sistema hemisférico de defesa estabelecido pelo TIAR em 1947, bem como foi inscrita em artigo específico na Carta da OEA. No âmbito da Conferência de Consulta dos chanceleres americanos de 1954, estabeleceu-se que regimes que chegassem ao poder pelas armas no continente deveriam ser legitimados por votação posterior. Isso não ocorreu após a Revolução Cubana, que inicialmente tinha caráter nacionalista, não comunista. A OPA (Operação Pan-Americana), proposta por JK, afirma que recursos ao desenvolvimento são necessários para evitar a atração de ideologias exógenas no continente. A iniciativa não teve forte recepção pelos EUA, que não tinham tanto interesse estratégico na região. No entanto, a Aliança para o Progresso iria fornecer recursos ao desenvolvimento, dado que a região tornara-se mais importante no tabuleiro geopolítico. O BID e a ALALC também estimularam o desenvolvimento regional e estão inseridos na contenção do comunismo nas Américas.

A questão cubana motivou desafios à PEI, já que o Brasil buscava a autonomia e o universalismo, mas não seria recomendável colidir com os EUA. Nos célebres pontos elaborados por Jânio em artigo na Foreign Affairs e replicados no Congresso, a PEI reconhecia que o Brasil integrava o hemisfério ocidental e comprometia-se com a defesa do interamericanismo. Sem embargo, o Brasil reestabeleceria relações diplomáticas com a URSS em 1961 e buscou diversificar parceiros. A questão cubana, que ensejou a invasão à Baía dos Porcos e a posterior aproximação de Cuba aos soviéticos testava os limites da autonomia decisória do Brasil. A questão cubana foi o tema mais debatido no Parlamento brasileiro, e a preocupação do Brasil em relação à intervenção dos EUA foi considerada postura comunista por congressistas como Carlos Lacerda. Desse modo, a PEI foi utilizada, através da questão cubana, por agendas políticas domésticas, o que ensejou certos limites a sua atuação.

Na Conferência de Punta del Este, o Brasil absteve-se na votação para suspender Cuba da OEA. Juntando-se a outros países da região, formaram os outer six. Embora sua postura fosse insuficiente para evitar a suspensão, a decisão demonstrou autonomia em relação aos EUA. A diplomacia brasileira seguiu sua tradição de buscar evitar sanções bruscas. Argumentou-se que não havia base jurídica suficiente para a suspensão cubana, consistindo a decisão em desrespeito ao direito internacional. Ademais, o Brasil afirmou que o isolamento de Cuba seria prejudicial ao retorno da democracia na ilha, podendo intensificar os laços dos cubanos com os soviéticos. A declaração do caráter comunista do regime, momentos antes da Conferência, deveria motivar maior ênfase em mudar a orientação ideológica do regime e não o aproximar ainda mais de Moscou.

A questão cubana trouxe desafios à PEI e importou a Guerra Fria para as Américas. A entrada do comunismo na região ensejaria reações autoritárias e o apoio dos EUA a regimes ditatoriais na região. A doutrina da segurança nacional seria generalizada. No Brasil, o embaixador Lincoln Gordon apoiou os golpistas em 1964, e os EUA comprometeram-se com recursos no âmbito da Operação Brother Sam.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6**
    - 2.2. **Cuba e a PEI: 6/6**
    - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **18,50**

Matheus Corradi de Souza
nota: ***18,50****/20*

A Guerra Fria entre EUA e URSS teve forte impacto na América Latina nas décadas de 1950 e 1960. Considerada pelos norte-americanos como área sob sua influência estrita, a América Latina sofreu impactos significativos com a Revolução Cubana (1959) e com a posterior deriva de Fidel Castro ao comunismo (1961). Sem lograr êxito em sua tentativa de alterar os rumos de Cuba pela força militar, os EUA passaram a usar do arcabouço institucional regional para isolar o país e enfraquecê-lo. Encontrariam, porém, resistência de alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil, que vivia o experimento da Política Externa Independente (PEI).

Os EUA consideraram, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, a América Latina como região onde seu domínio era seguro, e relegaram-na ao segundo plano das suas preocupações. Os problemas com a pobreza e o autoritarismo na região, porém, convulsioná-la-iam nos anos 1950. Em Cuba, especificamente, uma guerrilha liderada por Fidel Castro pretendia derrubar o ditador Fulgêncio Batista, e se concentrava em Sierra Maestra, perto da capital Havana. Em janeiro de 1959, Castro obteve sucesso e tomou o poder no país. A princípio, apesar de parte da retórica do líder guerrilheiro conter elementos esquerdistas, não havia vínculo do novo governo revolucionário com Moscou; a retórica era mais anti-imperialista, voltada contra os EUA. Mas a aproximação com os soviéticos acabou sendo inevitável, dada a disposição de J. F. Kennedy de derrubar o jovem regime. Após a fracassada tentativa de invasão da Baía do Porcos por exilados cubanos financiados por Washington, Fidel converteria Cuba em um regime comunista alinhado à URSS.

Os norte-americanos, alarmados, acionariam a Organização dos Estados Americanos (OEA). Criada em 1948 por tratado firmado em Bogotá, a OEA congregava todos os países do continente sob os auspícios dos EUA. Pouco antes, em 1947, havia sido firmado pelos países americanos o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em Petrópolis. Pelo TIAR, qualquer ataque a um membro do tratado seria considerado um ataque a todos. Esse foi o arcabouço básico da Guerra Fria no continente, e foi acionado por Washington para lidar com a ameaça que acreditava representar a presença soviética a poucos quilômetros da costa da Flórida.

Na reunião de Punta del Este, os países americanos eram instados pelos EUA a isolar Cuba do convívio continental: queriam a expulsão do país da OEA, o rompimento geral de relações e a declaração de que o comunismo era incompatível com os valores americanos. San Tiago Dantas, então chanceler do governo João Goulart/Tancredo Neves, discordava da abordagem norte-americana. Dantas considerava

que o afastamento dos cubanos do convívio com seus vizinhos teria apenas o efeito de aproximá-los ainda mais dos soviéticos e tornar mais difícil o reencontro cubano com os valores liberais e democráticos da OEA. O chanceler enfrentou, internamente, feroz oposição no Parlamento e na imprensa. Um grupo de ex-chanceleres se uniu para divulgar uma carta repudiando Cuba e apoiando a posição dos EUA. Mesmo assim, convicto, Dantas ordenou que os representantes brasileiros em Punta del Este se abstivessem da votação sobre a suspensão cubana, tornando o Brasil parte dos "outer six", os seis países que se negaram a endossar a punição proposta pelos EUA – estiveram com o Brasil a Argentina e o México, os três maiores latino-americanos. Como os seis votos foram insuficientes, Cuba teve de deixar a OEA, e até hoje não retornou. O Brasil não rompeu, então, relações diplomáticas com Havana – viria a fazê-lo apenas em 1965 –, já que não houve decisão a respeito na OEA.

Para a PEI, a questão cubana representou grande desafio. A política, formulada por Jânio Quadros e continuada até março de 1964, pregava amizade com os EUA e filiação brasileira ao Ocidente e seus valores; mas também era enfática na autodeterminação e não ingerência. A decisão tomada por San Tiago Dantas o indispôs com seus pares no Parlamento, impedindo que ele se tornasse primeiro-ministro quando da renúncia de Tancredo, mas também reduziu o apoio geral no establishment política à PEI, cuja oposição só aumentaria até o golpe de 1964.

Também a decisão de se abster na votação afastou os norte-americanos do governo Goulart, num processo que culminaria na oposição de Kennedy e Johnson ao governo brasileiro e seria um dos responsáveis por sua queda no começo de 1964. O tempo, porém, deu razão a Dantas: a crise dos mísseis provou que a proximidade com os soviéticos seria a alternativa de Castro. (59 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6**
    - 2.2. **Cuba e a PEI: 6/6**
    - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **18,50**

Nota média: Victor Born Portella
nota: ***17**/20*

A decisão brasileira de votar pela abstenção na votação da VIII reunião de consultas do sistema interamericano foi, possivelmente, a maior expressão da busca da autonomia no contexto da Política Externa Independente (PEI). Na perspectiva hemisférica, foi divisor de águas, pois revelou as divisões fundamentais entre a visão de segurança hemisférica, enquadrada no paradigma da Guerra Fria, e o desejo dos países latino-americanos de desenvolvimento econômico e social. Desse modo, a partir da VIII Reunião de Consulta em Punta del Este é possível dizer que a política externa brasileira não foi mais a mesma e tampouco foram as relações interamericanas.

Após a institucionalização da hegemonia dos Estados Unidos no Pós-Guerra por meio de instituições, como a OEA, de tratados, como o TIAR e também de iniciativas de assistência técnica, como a Missão Abbink e a CMBEU, no Brasil, a região latino-americana passou a ser vista como menos prioritária para os EUA. De início, as visões sobre a Questão Cubana foram ambíguas. A invasão ao quartel de Moncada, em 1953, a guerrilha na Sierra Maestra, até a vitória em 1959 não davam indícios certos de revolução de corte comunista necessariamente, mas, sim, nacionalista. Não sem motivo Jânio Quadros condecoraria Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Fidel e Guevara eram vistos como libertadores. No entanto, as encampações sobre empresas de capital americano logo preocuparam os EUA e as alas cosmopolitas do continente. A invasão malsucedida na Baía dos Porcos seria a expressão dessa preocupação. O continente que, desde a viagem de Nixon a Lima e Caracas, já se mostrava dividido exacerbou-se na polarização. Daí o peso dos colombianos demandando conferência de suspensão de Cuba da OEA.

O Brasil, decerto, era espelho também dessa polarização. Era prevalência de extremos, instabilidades, de modo que a questão urbana, como aponta Antônio Barbosa, foi capturada pelos debates políticos, incluindo entre as frentes parlamentares, fato inédito para tema de política exterior. A chancelaria de Santiago Dantas via-se em situação delicada com o marxismo-leninismo afirmado em 1961 e a perspectiva da votação na conferencia de 1962. Por um lado, era necessária a afirmação da autonomia brasileira diante da bipolaridade, a defesa tradicional da não-intervenção e da solução pacífica das controvérsias. Por outro, qualquer que fosse a votação, seu resultado seria contestado e instrumentalizado em um contexto interno fragilizado pelas seguidas crises (1954, “Novembrada” e a Campanha da Legalidade). Assim, como revela Ricupero, Santiago Dantas levou a questão a escrutínio interno, na Casa das Pedras, de modo que se chegasse a resultado que resguardasse a base axiológica que vinha se propondo na PEI.

A decisão pela abstenção em relação à suspensão justificou-se por diversos motivos. A Carta de Bogotá não previa tal punição juridicamente; não havia cláusula democrática expressa. Ademais, isolar Cuba fora da OEA seria pouco eficaz, uma vez que, dentro do sistema, o regime seria influenciado e fora seria marginalizado. Propôs, ainda, a "finlandização", ou seja, que Cuba se tornasse zona neutra, como ocorria na Finlândia diante da URSS. Vale ressaltar que o Brasil contrapôs essa decisão com voto favorável a suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa e também a respeito da incompatibilidade entre o comunismo e os valores interamericanos. No Brasil, João Goulart – dependente dos EUA em questões financeiras – chega a oscilar; segundo Ricupero, Dantas tratou de manter-se incomunicável no Uruguai.

Como se sabe, a Questão Cubana se exacerbaria ainda mais com a Crise dos Mísseis, que provou a ineficácia da suspensão. O Brasil enviaria a Missão Albino Silva para a mediação, sem ter sucesso. A suspensão de Cuba, portanto, configuraria verdadeira virada no sistema interamericano, talvez o epilogo das divergências construídas paulatinamente desde o fim da Segunda Guerra. De toda maneira, representou também uma guinada na política externa brasileira, pois consolidou o paradigma autonomista e universalista da política externa, que, não sem desafios, permanece vigente até os dias atuais.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 3/6**
    - 2.2. **Cuba e a PEI: 6/6**
    - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **17,00**

COMENTÁRIO

Essa questão, me parece, tem uma estrutura interessante para se pensar novas questões. Ela trata no primeiro ponto de uma contextualização na perspectiva global (hemisférico e Guerra Fria). No segundo ponto, pede a descrição do assunto em si (a Questão Cubana). E no terceiro, talvez o essencial, trata do quea diplomacia brasileira efetivamente fez a respeito do problema (o voto em Punta del Este e a rationale por trás do mesmo). Reparem que essa lógica de: contexto, descrição e contribuição diplomática pode ser estendida a vários assuntos da política externa brasileira. Pode ser uma forma proveitosa para estruturar os estudos e refletir sobre outros assuntos do mesmo feitio.

Pior nota: Anônimo
nota: ***8,25**/20*

A questão cubana se confunde com a Guerra Fria na medida em que revela os limites das reais possibilidades de autonomia dos países em desenvolvimento, particularmente, na América Latina. A Política Externa Independente surge e é desafiada nesse contexto, confrontada ao idealismo de afirmação da neutralidade e ao realismo das forças políticas e econômicas que impunham alinhamentos. Em Punta del Este, o Brasil afirmou-se legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe.

Talvez o discurso de Neves da Fontoura em Washington, em 1951, tenha sido a síntese do que ocorreria na América Latina durante a Guerra Fria: para conter o comunismo, era preciso o desenvolvimento, enquanto que, para os EUA, era preciso, antes, conter o comunismo para que houvesse desenvolvimento. A questão cubana inicia-se com a deposição de Batista e o novo regime não se declara socialista de imediato. Jânio, acompanhado por Arinos, visita Cuba como candidato eleito. Entendia-se que Cuba seria adepta do não alinhamento, de verve nasserista que agradava a Quadros. Entretanto, a própria dinâmica da Guerra Fria se impôs e ficou patente com a invasão da Baía dos Porcos, orquestrada pela CIA. Jânio buscava ser ambivalente, com ortodoxa política econômica interna, a exemplo da SUMOC 204 e do apoio do FMI e da UDN, enquanto agradava aos setores de esquerda com sua Política Externa Independente. Concebida, sobretudo, por Arinos, a PEI herdara o direcionamento da diplomacia desenvolvimentista que se esboçava desde Vargas, e buscava superar a dicotomia Leste-Oeste, de forma a ampliar os contatos com atores emergentes na América Latina, África e Ásia.

Jânio inseria a questão cubana nessa interpretação da Guerra Fria e condecorou Gargarin e o próprio Che com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ele havia retomado a abertura comercial de JK com a URSS e enviou a Missão Dantas ao Leste europeu, além do seu próprio Vice-Presidente à China. Em verdade, operava-se com a ideia de « finlandização » de Cuba inicialmente, algo que se tornou mais difícil quando Fidel surpreendeu o mundo e alinhou-se à Moscou em busca de proteção.

A renúncia de Jânio, a campanha da legalidade e a posse de Jango, sob o parlamentarismo, porá Cuba no centro da PEI, agora conduzida por Santiago Dantas. Em verdade, as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington. A reunião em Punta del Este será crucial para revelar o afastamento entre Kennedy e Goulart. Mesmo com intensos debates no Congresso e frente ao manifesto de quatro ex-chanceleres para que o Brasil votasse contra Havana em Punta del

Este, Dantas vai se alinhar com os « outer six », abstendo-se da suspensão de Cuba, apesar de votar a favor de sua suspensão da JID. Esta posição ia frontalmente contra Washington e Bogotá, e mostrava a unidade dos latinos, sobretudo, com o México. Nesse sentido, a PEI contribuiu para demonstrar o impasse entre proclamar-se « independente », enquanto o Brasil solicitava o apoio financeiro de Washington. Isto ficou patente no Acordo Bell-Dantas, na fria recepção de Kennedy na visita de Goulart e nas críticas aos encampamentos da Amforp e ITT pelo cunhado de Jango, Brizola.

Com a Crise dos Mísseis em outubro de 1962, a PEI será novamente posta à prova, com o Brasil contrário à invasão, mas favorável ao bloqueio, além do envio da Missão Albino Silva. Tornava-se ainda mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o pacto de Bogotá, enquanto a visita de Bob Kennedy ao Brasil, no quadro da Aliança para o Progresso, selou a oposição de Washington contra Brasília, conforme descrito por Ricupero. Berle Jr. já tinha expressado que a PEI sob Jânio, conforme seu artigo na Foreign Affairs, era eminentemente antiamericanista. Com o desdobrar do posicionamento brasileiro diante de Cuba, Gordon, Berle Jr e Vernon Walters convenceram Kennedy, depois, Johnson, de que era preciso agir.

Pela PEI, o Brasil havia reatado as relações com a URSS, esboçava aproximação crescente com a África e afirmava-se como potencial membro dos países não alinhados, algo explícito no famoso discurso dos 3ds de Araújo Castro na AGNU. Os estadunidenses convenceram-se de que os setores de extrema esquerda e o sindicalismo tinham tomado o controle do governo Goulart e, por meio do IBAD, do IPES e do envio de adidos militares e agentes de inteligência, iniciaram intensa campanha contra Jango, cujo ápice seria a Operação Brother Sam, orquestrada por Gordon e pelo lusófono Walters. Esta grande polarização tanto na política externa quanto na interna foi focada na polêmica em torno da PEI e esta, por sua vez, teve a questão cubana como seu centro das atenções. Com o comício do 13 de março de 1964 na Central do Brasil, o discurso no Automóvel Clube e a Marcha de Deus com a família em São Paulo, chegou-se ao golpe civil-militar do 1o de abril de 1964, que instala a ditadura sem precisar da intervenção da « Brother Sam ». Um dos primeiros gestos de Castello branco será romper relações com Cuba.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6**
   - 2.2. **Cuba e a PEI: 1,5/6**
   - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 1,75/7**

Resultado

Nota provisória: **5,25**

Nota final: **8,25**

COMENTÁRIO

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 1

Prezada banca corretora,

gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de pedir à banca que releia minha resposta e de desculpar-me pela caligrafia pouco legível. Infelizmente, em parte, por conta do nervosismo e do tempo escasso, constato, agora, que a banca provavelmente não logrou ler adequadamente minha resposta. Portanto, concordo plenamente com a nota 0.50/1.00 no quesito apresentação.

Após seguidas tentativas, hoje, encontro-me entre os candidatos que podem ser aprovados no resultado final. Assim, gostaria de ressaltar, com todo o respeito, a importância de que qualquer alteração em minha nota pode representar, efetivamente, minha aprovação como resultado de muitos anos de estudos.

Parece-me que a nota total de 5.25/20.00 representa punição bastante excessiva, afinal, penso ter respondido adequadamente a todos os pontos demandado.. Assim, talvez o mais simples seja realizar, aqui, a transcrição de minha resposta, por conta da caligrafia pouco legível novamente, perdão pela caligrafia e pela extensão do recurso. Portanto, escrevi:

A questão cubana se confunde com a Guerra Fria na medida em que revela os limites das reais possibilidades de autonomia dos países em desenvolvimento, particularmente, na América Latina. A Política Externa Independente surge e é desafiada nesse contexto, confrontada ao idealismo de afirmação da neutralidade e ao realismo das forças políticas e econômicas que impunham alinhamentos. Em Punta del Este, o Brasil afirmouse legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe.

Talvez o discurso de Neves da Fontoura em Washington, em 1951, tenha sido a síntese do que ocorreria na América Latina durante a Guerra Fria: para conter o comunismo, era preciso o desenvolvimento, enquanto que, para os EUA, era preciso, antes, conter o comunismo para que houvesse desenvolvimento. A questão

cubana iniciase com a deposição de Batista e o novo regime não se declara socialista de imediato. Jânio, acompanhado por Arinos, visita Cuba como candidato eleito. Entendiase que Cuba seria adepta do não alinhamento, de verve nasserista, que agradava a Quadros. Entretanto, a própria dinâmica da Guerra Fria se impôs e ficou patente com a invasão da Baía dos Porcos, orquestrada pela CIA. Jânio buscava ser ambivalente, com ortodoxa política econômica interna, a exemplo da SUMOC 204 e do apoio do FMI e da UDN, enquanto agradava os setores de esquerda com sua Política Externa Independente. Concebida, sobretudo, por Arinos, a PEI herdara o direcionamento da diplomacia desenvolvimentista que se esboçava desde Vargas e buscava superar a dicotomia LesteOeste, de forma a ampliar os contatos com atores emergentes na América Latina, África e Ásia.

Jânio inseria a questão cubana nessa interpretação da Guerra Fria e condecorou Gagarin e o próprio Che com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ele havia retomado a abertura comercial de JK com a URSS e enviou a Missão Dantas ao Leste europeu, além do seu próprio VicePresidente à China. Em verdade, operavase com a ideia de « finlandização » de Cuba inicialmente, algo que se tornou mais difícil quando Fidel supreendeu o mundo e alinhouse à Moscou em busca de proteção.

A renúncia de Jânio, a campanha da legalidade e a posse de Jango, sob o parlamentarismo, porá Cuba no centro da PEI, agora conduzida por Santiago Dantas. Em verdade, as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington. A reunião em Punta del Este será crucial para revelar o afastamento entre Kennedy e Goulart. Mesmo com intensos debates no Congresso e frente ao manifesto de quatro exchanceleres para que o Brasil votasse contra Havana em Punta del Este, Dantas vai se alinhar com os « outer six », abstendose da suspensão de Cuba, apesar de votar a favor de sua suspensão da JID. Esta posição ia frontalmente contra Washington e Bogotá, e mostrava a unidade dos latinos, sobretudo, com o México. Nesse sentido, a PEI contribuiu para demonstrar o impasse entre proclamarse « independente », enquanto o Brasil solicitava o apoio financeiro de Washington. Isto ficou patente no Acordo Bell—Dantas, na fria recepção de Kennedy na visita de Goulart e nas críticas aos encampamentos da Amforp e ITT pelo cunhado de Jango, Brizola.

Com a Crise dos Míssseis em outubro de 1962, a PEI será novamente posta à prova, com o Brasil contrário à invasão, mas favorável ao bloqueio, além do envio da Missão Albino Silva. Tornavase ainda mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o Pacto de Bogotá, enquanto a visita de Bob Kennedy ao Brasil, no quadro da Aliança para o Progresso, selou a oposição de Washington contra Brasília, conforme descrito por Ricupero. Berle Jr. já tinha expressado que a PEI sob Jânio, conforme seu artigo na Foreign Affairs, era eminentemente antiamericanista. Com o desdobrar do posicionamento brasileiro diante de Cuba, Gordon, Berle Jr. e Vernon Walters convenceram Kennedy, depois, Johnson, de que era preciso agir.

Pela PEI, o Brasil havia reatado relações com a URSS, esboçava aproximação crescente com a África e afirmavase como potencial membro dos países não alinhados, algo explícito no famoso discurso dos 3Ds de Araújo Castro na AGNU. Os estadunidenses convenceramse de que os setores de extrema esquerda

e o sindicalismo tinham tomado o controle do governo Goulart e, por meio do IBAD, do IPES e do envio de adidos militares e agentes de inteligência, iniciaram intensa campanha contra Jango, cujo ápice seria a Operação Brother Sam, orquestrada por Gordon e pelo lusófono Walters. Esta grande polarização tanto na política externa quanto na interna foi focada na polêmica em torno da PEI e, esta, por sua vez, teve a questão cubana como centro das atenções. Com o comício do 13 de março de 1964 na Central do Brasil, o discurso no Automóvel Clube e a MArcha de Deus com a Família em São Paulo, chegase ao golpe civilmilitar do 1o de abril de 1964, que instala a ditadura sem precisar da intervenção da Brother Sam. Um dos primeiros gestos de Castello Branco será romper relações com Cuba.

Em referência ao texto de Franchini Neto, o qual, felizmente, conhecia de antemão, respondi aos itens que constam no padrão de resposta da seguinte forma, conforme exposto nos subtópicos seguintes.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.1

Prezada banca,

Toda a introdução da questão, entre as linhas 1 e 6, pauta-se pela contextualização da questão cubana no âmbito da Guerra Fria e sua influência na América. Pautei-me por premissas de teorias das relações internacionais para evidenciar que se tratou de um confronto entre o idealismo de alguns países frente à realpolitik característica da Guerra Fria.

Nesse contexto, a partir da linha 7, remeto às origens do diagnóstico das questões cruciais de visões políticas distintas do discurso de Neves da Fontoura em Washington ainda em 1951, mostrando o potencial de conflito intramericano desde então. Em grande medida, isso já seria uma crítica ao « embedded liberalism » apenas recentemente forjado desde os finais da 2a Guerra Mundial, do qual a Conferência de Havana já tinha exposto suas contradições .

Das linhas 9 a 11, evidencio o fato de Fidel não ter declarado o regime como socialista desde o início, algo ressaltado no excerto de Franchini. Isto permitiu inserir de forma ambivalente a questão cubana no contexto da Guerra Fria, com Quadros a visitar o país com seu futuro chanceler (l.11) na condição de candidato eleito. Ele via afinidades nasseristas com a atitude de Fidel e a questão cubana transformava as percepções nas relações Leste-Oeste na Guerra Fria, algo que explicito no terceiro parágrafo, a partir da linha 20, com a condecoração do Che e a Missão Dantas ao Leste ou de Jango à China, além da retomada das relações comerciais com a URSS por JK, situadas neste contexto de tensão.

Quanto à adesão cubana ao socialismo, cito, explicitamente, o papel crucial da Invasão da Baía dos Porcos nas linhas 13 e 14, e o momento de adesão cubana ao socialismo e alinhamento com Moscou nas linhas 2325, algo que minou as possiblidades de « finlandização » de Cuba, então aventada por setores do Itamaraty.

No que tange a Crise dos Mísseis, ela está explicitada a partir da linha 38, com o posicionamento do Brasil de ser contrário à invasão, porém favorável ao bloqueio (l.38-39). Falo ainda do envio da Missão Albino Silva, essencial para compreender o posicionamento brasileiro durante a crise, conforme consta nos documentos do CPDOC da FGV.

Deste modo, parece-me que a punição em 75% da nota, com apenas 1.50/6.00 para este quesito, é desproporcional. Penso ter respondido de forma completa e abrangente todos os tópicos e solicito, com todo o respeito e humildade, que a banca conceda-me majoração para a nota máxima de 6.00/6.00.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

Estimada banca,

neste tópico, também penso ter respondido de forma pertinente ao demandado pelo comando da questão, algo não refletido na nota atual de apenas 1.50/6.00.

Assim, acerca de Cuba e a PEI, na linha 11 explicito que o principal articulador da PEI, Afonso Arinos, viajou com Quadros, como presidente eleito, para Cuba, antes mesmo da oficialização desta política (l.11), o que demonstra a indissociablidade entre Cuba e o surgimento da PEi.

Ao longo de toda minha resposta, os desafios de Cuba à PEI são apontados como reveladores das contradições da Política Externa Independente, algo apoiado tanto por Amado Cervo quanto por Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal. A deposição de Batista (l.10) e a não adesão imediata ao socialismo aparecem como atores que dialogam com certo nasserismo inerente à PEI sob Quadros, além da própria ambivalência da instrumentalização da questão cubana para utilizar a política externa no sentido de guiar o debate da política interna brasileira (l.12-19).

No quarto parágrafo, a partir da linha 26, menciono que Cuba estará « no centro da PEI » com toda a questão da campanha da legalidade para a posse de Jango, a instituição do parlamentarismo e a condução da política externa por Dantas. Cito, literalmente, nas linhas 27-28, que « as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington ». Parece-me que a frase sintetiza os maiores desafios de Cuba à PEI, por ser uma questão que forja as relações entre o Brasil e seu principal parceiro de então. Com este intuito, inclusive, encaminho a questão para seu principal tópico, em torno da reunião em Punta del Este.

Portanto, peço, respeitosamente, que a banca majore minha nota e conceda 6.00/6.00 neste tópico, supondo que a banca não tenha logrado identificar tais informações em sua primeira leitura. Novamente, desculpo-me pela caligrafia, imaginando que já seja demasiada

complexa a correção de centenas de respostas para a banca, penso que, de fato, terminei por prejudicar a avaliação, o que torna essencial esta segunda leitura a partir da retranscrição da resposta.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.3

Prezada banca,

Neste último tópico, que tinha o maior peso, também me parece que fui excessivamente punido, obtendo tão somente 1.75/7.00 (25% da nota). Mais uma vez, tenho a impressão que a banca não logrou corrigir em primeira leitura por conta da baixa legibilidade, peço, novamente, perdão.

Busquei demonstrar diversas facetas da posição brasileira diante da suspensão de Cuba, a partir da linha 28, correlacionando o contexto interno no Brasil ao internacional. Em verdade, talvez a banca tenha tido a impressão de que faltou certa objetividade nesta parte da resposta, já que busquei correlacionar, talvez de forma excessivamente contundente, a questão da OEA com as relações entre Brasil e Washington. Ao reler minha resposta, tive esta reflexão e, talvez, também seja esta uma das razões para nota mais baixa nesse item.

Entretanto, explicito que o Brasil era a favor de uma via de « finlandização » de Cuba (l.24) e que havia, internamente, posições favoráveis ao alinhamento com Washington, como no manifesto dos exchanceleres (l.30). Na introdução da questão, nas linhas 6 e 7, cito que « Em Punta del Este, o Brasil afirmou-se legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe ». Penso que isto sintetiza as contradições da PEI reveladas pela questão cubana, na qual o idealismo nas posições não correspondia às capacidades de um país que atravessava difícil contexto políticoeconômico. O alinhamento de Dantas com os « outer six » (l.31), em particular, com o México, explica esta posição legalista de abstenção diante da suspensão, já que não havia sua previsão na Carta da OEA. Paralelamente, o voto favorável à suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (l.31), explicitava que o Brasil não buscava oporse frontalmente à Washington, já que, inclusive, não votou contra a suspensão, mas, sim, absteve-se.

Eu busco, a partir do quinto parágrafo, demonstrar os desdobramentos de Punta del Este e, crescentemente, foco nas relações entre o Rio e Washington, com os impactos de questão Cubana na Aliança para o Progresso, na vista de Bob Kennedy e na posição diante da crise dos mísseis. Na linha 40, digo que « Tornava-se cada vez mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o Pacto de Bogotá », justamente, por conta de seu alinhamento explícito com Moscou. Em verdade, pareceu-me pertinente a tese de que o alinhamento de Cuba no contexto da Guerra Fria levou a PEI a revelar os limites do voluntarismo brasileiro, o que contribuiu para o impasse de 1964.

Em suma, prezada banca corretora, acredito que respondi à maior parte deste tópico e solicito, respeitosamente, que minha nota seja majorada de 1.75 para 5.00/7.00, já que houve certa incompletude, sobretudo, na explicitação do desenrolar de alguns detalhes no âmibito da reunião, como as pressões sobre o Haiti.

Agradeço, sinceramente, esta oportunidade de pedir a revisão de nota que, talvez, seja a mais importante para minha classificação neste concurso. Desculpo-me pela falta de legibilidade, porém acredito, com sinceridade, que os recursos justamente são a oportunidade para corrigir certas distorções naturais quando a banca precisa corrigir tantas provas em prazo tão exíguo.

Em respeito a seu trabalho e em admiração por seu papel na seleção de concurso tão árduo, gostaria de deixar, aqui, meus cumprimentos.

COM DEFERIMENTO CONTEÚDO

Quesito 1 Recurso deferido. *A banca observa que o recurso não leva em conta problemas na estruturação da resposta, da falta de objetividade e coesão no desenvolvimento das ideias, para além dos problemas de caligrafia mencionado do candidato mencionado no próprio recurso. Tais dificuldades no texto prejudicaram o candidato em seus esforços de transmitir seu domínio sobre o assunto em pauta.*

Quesito 2.1 Recurso deferido parcialmente. *A resposta atende apenas parcialmente ao quanto solicitado. Portanto, a nota no quesito foi majorada para 4,50.*

Quesito 2.2 Recurso indeferido. *A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.*

Quesito 2.3 Recurso indeferido. *A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.*

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 4

Para grande tristeza dos reinóis que no Brasil ansiavam por voltar a Portugal e dos portugueses que esperavam o seu regresso, ele não fazia intenção de regressar, mesmo que as potências europeias, receosas das suas intenções, sugerissem isso abertamente. Portugal estava cada vez mais longe, e seus vassalos portugueses, afastados da corte, com o reino mergulhado na crise econômica e financeira, sentiam-se órfãos, começando a difundir-se a ideia de que a monarquia andava às avessas e que Portugal se convertera em colônia do Brasil. O certo é que D. João não pretendia voltar. O Brasil foi elevado a reino, constituindo-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por carta de lei de 16 de dezembro de 1815. Novo reino para novo rei.

Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa. D. João VI. Um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do período no qual a Corte lusitana se transferiu para o Brasil e das implicações desse fato histórico para o Império ultramarino português. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

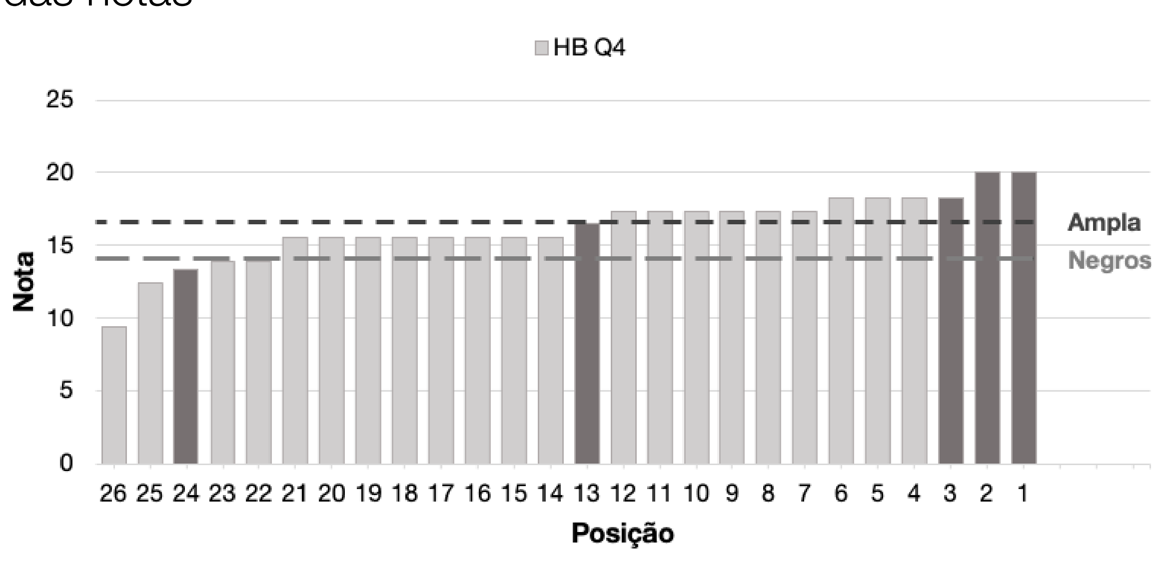
1. a transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período;

2. a interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam;

3. o panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas



Padrão de resposta da questão 4

O candidato deverá demonstrar — de forma direta, objetiva, e respeitando a sequência dos aspectos da questão — conhecimento da vida política e econômica do Brasil e de Portugal no referido período, contextualizando-a. Em sua redação, deve abordar o processo da transferência da Corte para o Brasil, explicando o motivo da fuga da Corte para o Brasil, correlacionando-o às invasões napoleônicas na Península Ibérica, e as estratégias diplomáticas do governo lusitano ante as pressões da Inglaterra e da França.

Em seguida deverá destacar as transformações estruturais feitas no Brasil, por ordem da Coroa, que configuraram a interiorização da metrópole na colônia nos seguintes níveis: a criação dos aparelhos institucionais de Estado e de órgãos burocráticos (tribunais, tesouro real e forças militares); a fundação de institutos de nível superior (faculdades de nível superior e institutos de artes e ciências); medidas de políticas econômicas (fundação do Banco do Brasil; fim da proibição de instalação de fábricas no Brasil e demais domínios ultramarinos); a abertura dos portos às nações amigas, extinguindo-se o exclusivo colonial e o tratado de aliança e comércio com a Inglaterra.

Por fim, deverá discorrer sobre o panorama político da monarquia portuguesa com a sede em sua colônia, explicando objetivamente: a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves; a Revolução Pernambucana de 1817, identificando seu caráter republicano; a aclamação, no Brasil, de D. João VI como monarca; a Revolução Constitucionalista do Porto; e, por fim, o regresso da família real a Portugal e a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil.

Cauê Rodrigues Pimentel

nota: ***20****/20*

A transmigração da Corte de Lisboa é evento singular da trajetória histórica luso-brasileira. Longe de ser um projeto novo – a refundação da corte nos trópicos já havia sido aventada por Padre Antonio Vieira e outros burocratas portugueses – a transmigração da Corte se faz em um momento delicado do quadro geopolítico e diplomático europeu. De modo amplo, a transmigração da corte gerou dinâmicas de ruptura e continuidade que seriam decisivas para o futuro das duas margens atlânticas do Império pluricontinental lusitano.

A transferência da Corte, em 1808, é o resultado de diversos episódios diplomáticos que refletem a balança de poder europeia, gravemente afetada pela ascensão do Império Napolêonico. Após o Decreto de Berlim – que proibía o comércio com os britâncos, instituindo o "Bloqueio Continental" – e após o Tratado de Fontainebleau (1807) entre espanhóis e franceses, o destino do pequeno território europeu Luso estava selado. Na impossibilidade de romper com a Inglaterra, com quem Portugal nutria uma relação profunda de dependência desde o século XVII, a Corte lusitana prepara sua "retirada estratégica" em direção a sua colônia mais importante. Com o apoio logístico e a proteção da armada britânica, a Corte de Lisboa se transfere para os trópicos.

A chegada da Corte ao Brasil transforma o "sentido da colonização". Em primeiro lugar, finda o exclusivo colonial por meio da abertura dos portos às nações amigas, decisão crucial inspirada pelo futuro Visconde de Cairu. Em segundo lugar, revoga-se a proibição de manufaturas de 1785, permitindo atividades econômicas até então proibidas por Lisboa. Essas medidas econômicas e políticas são parte daquilo que Maria Odila chamou de "interiorização da metrópole", um processo lento e dialético que, se por um lado, permitiu a continuidade da dinastia de Bragança – que escapou da aniquilação da Revolução Francesa -, por outro, colocou em marcha dinâmicas que alterariam o futuro dos trópicos, sobretudo a independência brasileira, a qual se difere bastante do resto das colônias hispanoamericanas que circundam o Brasil.

A interiorização da metrópole não se fez apenas por meio de medidas político-econômicas, mas também por meio de medidas culturais e administrativas que modificavam o status da Colônia. De fato, transmigrada o núcleo móvel da Coroa, D. João e seu entorno próximo, era necessário enraizar a corte nos trópicos. Uma série de medidas identificam esse processo: a criação da Imprensa Régia; a fundação do Banco do Brasil com fundos da Coroa; a criação de escolas de ensino superior; a construção do

Jardim Botânico; criação de teatros e museus; a atração de missões artisticas – francesa e austríaca – aos trópicos. Tudo usso buscava não apenas recriar uma corte europeia no Rio de Janeiro, mas também criava uma elite luso-brasileira no entorno da Coroa, enraizando a metrópole na estrutura local.

A presença política da Corte no Rio se manteria mesmo após a restauração do Congresso de Viena. De fato, para não perder seus direitos soberanos, D. João, sob a influência de Tayllerand, elevaria o Brasil à condição de Reino Unido. Criava-se, assim, situação sui generis na história das monarquias europeias modernas, onde o centro geopolítico de uma família real se encontrava abaixo da linha do Equador. No brasil, destaca-se o surgimento de movimentos que se insurgem contra os gastos fiscais promovidos pela Coroa em benefício das elites do entorno carioca – tal qual a insurreição de 1817 no Recife (Revolta dos Padres). Já em Portugal, o Vintismo (1820) aproveitaria o sopro liberal da década e exigiria o retorno do rei para jurar uma constituição e lealdade às Cortes. Inicialmente entusiastas desse movimento, os brasileiros acreditavam na manutenção do Reino Unido, em pé de igualdade entre lusos e brasileiros. Desfeitas essas ilusões, uma vez que a hegemonia lusa nas Cortes suscitava o retorno a um status quo ante, precipitam-se os eventos que conduziriam à ruptura entre D. Pedro I e seu pai. Uma vez interiorizada a metrópole, não poderia haver retorno à subordinação colonial.

Conclui-se, portanto, que a transmigração da Corte é evento singular que deu a origem a um Império Híbrido Colonial, pluricontinetal e que teve no Rio de Janeiro seu epicentro de comando. Por essas razões, Maria Odila defendia a tese que a independência brasileira é um longo processo que sinicia em 1808 e se estende até meados das décadas de 1830-1840. Logo, é possível afirmar que a transmigração da corte possui implicações decisivas que ajudam a explicar a trajetória sui generis da independência e do império brasileiro.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 7/7**

Resultado

Nota: **20,00**

Bernardo Macêdo Alves de Morais
nota: ***20****/20*

A ideia de transferência da Corte portuguesa para o Brasil não era nova em 1808, já estando presente em propostas de Alexandre de Gusmão e outros intelectuais anteriores. A ideia de um Império Luso-Brasileiro identificava, no Brasil, o centro dinâmico da metrópole, onde o Império teria melhores condições de prosperar, entre territórios mais frágeis e onde não havia hegemonia de nenhum Estado. Nesse sentido, Rodrigo de Souza Coutinho já havia apresentado um projeto de transferência da corte para a América a d. João. Quando os conflitos europeus acirraram-se em 1804, Portugal estava completamente vinculado à Inglaterra; contudo Napoleão espalhou-se pelo continente e decretou um "bloqueio continental", tentando enfraquecer o comércio inglês. Após longo período de negligência portuguesa, França e Espanha juntaram-se para invadir Portugal, que seria dividido pelo Tratado de Fonteinebleau. Esse foi o momento ideal para pôr em prática o projeto de transferência da Corte, de maneira acelerada, mas não sem um projeto prévio. Na aplicação desse projeto de transmigração da corte, Portugal contou com grande apoio inglês, que já havia executado a transferência das cortes italianas no contexto da invasão napoleônica. Contudo, essa nova empreitada era bem mais complexa e a Inglaterra cobraria o preço.

Em 1807, a corte portuguesa partiu para o Brasil sob escolta inglesa. A primeira parada foi em Salvador, em 1808, onde sob influência do visconde de Cairu, D. João declarou a abertura dos portos às nações amigas. A medida desagradou à Inglaterra que buscava condições privilegiadas no mercado luso-brasileiro, de modo a firmar sua hegemonia. Os ingleses queriam uma tarifa preferencial e um porto exclusivo que seria concedido em Santa Catarina. Ocorre que a influência das ideias liberais do visconde de Cairu prevaleceram por algum período, mantendo-se o livre comércio. O Reino Unido enviou Lord Strangford para exercer pressões na corte, cobrando o preço da transmigração da corte, o que foi obtido, em 1810, em um conjunto de acordos conhecidos como "tratados desiguais". Por meio do Tratado de Comércio e Navegação foi concedida tarifa preferencial de 16% à Inglaterra, menor inclusive que a concedida aos comerciantes portugueses – o que foi posteriormente corrigido. No Tratado de Amizade, estabeleceu-se a extraterritorialidade para ingleses, que deviam ser julgados por tribunais especiais, bem como direitos de culto religioso e cemitérios especiais. O tratado também garantiu aos Bragança que a Inglaterra só reconheceria essa dinastia nos territórios portugueses. Foi firmado, ainda, um acordo de troca de paquetes.

A transferência da corte marcou o que Maria Odila Diniz chamou de interiorização da metrópole, isto é, o deslocamento do centro de poder e do aparato estatal de Lisboa para o Rio de Janeiro. Foi necessário criar diversas instituições como tribunais, casa de moeda, Banco do Brasil, casa de pólvora,

entre outras, para que fosse possível estabelecer centro administrativo no Rio de Janeiro. A abertura dos portos significou o fim da colonização em termos comerciais (fim do exclusivo colonial), enquanto a elevação do Brasil a Reino Unido encerrou a experiência colonial sob a perspectiva política. Foi incentivado o acesso à cultura europeia, com missões artística e científicas da França, da Rússia e da Áustria. Criou-se o jardim botânico e as Faculdades de Direito e de Medicina, até então inexistentes em solo luso-brasileiro. Todo esse deslocamento ocorreu em detrimento do antigo polo de poder, Lisboa, e do norte-nordeste brasileiro, que arcavam com os custos no Rio de Janeiro e não eram favorecidos. O fiscalismo com relação ao nordeste levou à revolta de 1817, com atuação de seminaristas ilustrados do Seminário de Olinda. A revolta foi reprimida e muitos anistiados, porém mostrou que a periferia do império ainda estava insatisfeita. Em Lisboa, as insatisfações levaram ao movimento vintista liberal.

Com o fim do conflito europeu em 1815, não havia mais motivos de segurança para D. João ficar em terras americanas; porém o príncipe regente parece ter reconhecido o valor estratégico do projeto luso-brasileiro. A pressão inglesa reduziu e d. João articulou-se com outras nações. A própria ideia de criar um reino unido veio de Metternich, o chanceler austríaco, com quem se negociou o casamento de D. Pedro. Formou-se um novo grupo de poder no Brasil, formado pelos comerciantes portugueses, negociantes de escravo e pela elite agroexportadora. Em Lisboa, os comerciantes, sem exclusivo comercial, perderam espaço para os ingleses, que também detinham a administração da unidade aos a libertação dos franceses. Com a crescente influência liberal, articulou-se a revolução do Porto, que marca o choque dos dois lados do Atlântico no império luso-brasileiro. Os revoltosos exigem o retorno de d. João e da família real e uma constituição liberal. Os vintistas não buscavam um avanço liberal para todos, exigiam o retorno da submissão do continente americano, na condição de colônia. No Brasil, o novo grupo de poder articulou-se em torno de d. Pedro, que podia garantir a manutenção de seu poder. O processo de interiorização da metrópole continua, ao menos até 1830, uma vez que a Independência brasileira esteve sempre ameaçada por uma reunião do império luso-português. Durante todo processo de independência dominou a perspectiva de monarquia dual, fruto da aceitação de uma unidade entre as elites lusas no Brasil e na Europa.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 7/7**

Resultado

Nota: **20,00**

Jonas Teixeira Marinho
nota: ***18,50****/20*

As guerras napoleônicas promoveram significativas alterações na geopolítica europeia. O bloqueio continental, que visava a prejudicar a economia britânica ao impedir o acesso a mercados europeus, opôs Portugal e França. Aliado histórico da Inglaterra, o governo português não respeitou o bloqueio, o que ensejou a intervenção de Napoleão no país ibérico. Objetivando conservar o império, ainda que se alijasse de sua base territorial europeia, a corte portuguesa trasladou-se ao Brasil em 1808. O centro de poder do império português passava da Europa para a América, interiorizando a metrópole e preservando as colônias ultramarinas.

A transferência da Corte para o Brasil causou a transposição das disputas europeias para o continente americano. Em 1809, D. João VI invade a Guiana Francesa e ocupa Caiena, em retaliação à invasão napoleônica de Portugal. A ocupação portuguesa da região duraria até o Congresso de Viena, em que há devolução à França. Ademais, os acordos após o Tratado de Utrecht não são considerados válidos. A Inglaterra, que havia escoltado a corte e era aliada importante, logrou a concessão dos Tratados de 1810 de aliança e amizade e de comércio e navegação, com acesso privilegiado ao mercado brasileiro por meio de tarifas preferenciais. Antes disso, em 1808, houve abertura dos portos às nações amigas, rompendo com o exclusivo comercial metropolitano. A medida não agradou tanto aos ingleses, que preferiam ter um porto exclusivo em Santa Catarina. Houve influência do liberalismo do Visconde de Cairu. Ademais, no Prata há conflitos no território da Banda Oriental, em que o Império busca estabelecer soberania e combater o artiguismo.

A interiorização da metrópole pode ser identificada por medidas que indicam o traslado do aparato burocrático luso ao Brasil. A criação de instituições, como o Museu Nacional e o Jardim Botânico, além do traslado da biblioteca real indicam a permanência pretendida da corte. A ocupação de casas senhoriais pela corte também demonstrou ocupação permanente. O paço foi utilizado como sede do governo, que criou instituições para facilitar o governo. A interiorização se manifesta também na criação de aparato financeiro (Banco do Brasil). Em 1815, a colônia é elevada ao status de Reino Unido a Portugal e Algarves, abandonando seu estatuto colonial. Ademais, D. João VI é coroado no Brasil após a morte de sua mãe, D. Maria.

A monarquia era composta pela corte absolutista de D. João, com apoio da nobreza e do clero. Representava as forças do antigo regime. A Revolução Pernambucana de 1817 insurgiu-se contra esse panorama, ao defender o liberalismo e criticar o centralismo na corte. Teve apoio dos padres. A Rev. de

1820 em Portugal teve caráter liberal e criricou a permanência de D. João na corte mesmo após o fim do bonapartismo. Buscava elaborar uma nova constituição e formou as cortes em caráter deliberativo, exigindo a volta do Imperador. O Brasil foi representado por deputados nas Cortes, que tinha reflexos autoritários no país.

O autoritarismo das cortes ensejou movimento pela independência brasileira, em que o país tornou-se uma monarquia constitucional. Apesar disso, o Poder Moderador conservava resquícios do autoritarismo luso e do absolutismo. Os movimentos no Brasil após a independência mostram que ainda era preciso lutar pela liberdade. A interiorização da metrópole, portanto, salvou o Império ultramarino, mas facilitou a independência do Brasil, que tinha instituições para governar-se. Isso garantiu que o país não sucumbisse ao caudilhismo de seus vizinhos.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 5,25/7**

Resultado

Nota: **18,5**

COMENTÁRIO

Tive cerca de 35 minutos para fazer essa questão, por isso a repetição de palavras. Como o tempo estava difícil, não realizei planejamento prévio e tentei colocar o maior número de fatos possível. Nesse caso, funcionou bem. Nas questões de história, sei que há um debate entre estruturação argumentativa e aspectos factuais. Na minha experiência de anos tentando o concurso, creio que o mais importante é identificar o escopo da questão e buscar um equilíbrio. Há questões mais analíticas e questões mais factuais. Desse modo, a priorização vai depender do enunciado.

Nota média: Matheus Corradi de Souza
nota: ***16,50**/20*

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil havia sido aventada por muitos antes mesmo da tempestade napoleônica assolar a Europa. Praticamente forçado a tal em 1807, com as tropas francesas e espanholas já em território português, D. João tomou a decisão que mudaria os destinos do Império português. No Brasil, livre das ameaças e dos constrangimentos impostos ao pequeno Portugal na Europa, D. João passou a sonhar com um novo império nos trópicos. Logo em seus primeiros anos no Rio de Janeiro, estabeleceu muitas instituições que iniciaram o que Maria Odila chamou de "interiorização da metrópole". Seu sonho pessoal ruiria com a Revolução do Porto, que o forçaria a retornar à Europa e conduziria à separação do Brasil do Reino Unido.

Em meados da década de 1800, a supremacia francesa na Europa continental havia-se tornado inconteste. Incapaz, porém, de vencer a Marinha britânica – derrota em Trafalgar –, Napoleão não pôde subjugar militarmente a ilha. Visando a sufocá-la economicamente, então, o imperador francês decretou os chamados bloqueios continentais, pelos quais ficavam vedadas as relações econômicas com os ingleses. Como Portugal não cumprisse, passou a ser ameaçado pela França. Portugal dependia enormemente de suas colônias e não poderia correr o risco de sofrer o destino dinamarquês, que teve sua frota aniquilada pela Esquadra inglesa. O equilíbrio dos antagonismos tornou-se impossível em 1807, quando a França se aliou à Espanha para invadir e retalhar o território luso. Com escolta da Marinha britânica, D. João e a Corte embarcaram para o Brasil levando o Tesouro real, livros e muito do patrimônio português, e deixando a resistência em solo lusitano ao comando inglês.

O pagamento aos ingleses viria por adicionais concessões econômicas e políticas, mas estas não foram facilmente arrancadas do príncipe regente. Assim que aportou na Bahia, em 1808, sob influência do futuro visconde de Cairu, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas – todas elas, sem exclusividade aos britânicos. Uma vez instalado no Rio de Janeiro, D. João se sentia seguro longe dos perigos da Europa e com possibilidade de construir um renovado império com base no Brasil. A pressão britânica, porém, não se fez esperar: em 1810, eram assinados os primeiros "tratados desiguais" no Rio de Janeiro, concedendo vantagens comerciais exclusivas aos produtos ingleses, com reciprocidade fictícia aos produtos luso-brasileiros; permitindo a concessão de uma jurisdição especial aos súditos ingleses nos domínios portugueses, escandalosa violação de soberania sem qualquer reciprocidade aos lusos em terras britânicas; e prevendo um início de combate ao tráfico de escravos.

No Congresso de Viena (1814-15), por sugestão francesa, D. João criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves visando a ampliar seu poder de barganha nas discussões em curso. O Reino Unido veio para formalizar uma situação de fato: o estatuto colonial estava abolido e não havia mais subordinação entre as partes do império português. Mas a interiorização da metrópole fica mais clara pelas medidas concretas de D. João: criou, no Rio e em outras capitais, órgãos judiciais antes existentes apenas em Lisboa; fundou faculdades de Medicina (Salvador) e Direito (São Paulo e Recife); criou uma Academia Militar; fundou a Biblioteca Nacional, com um acervo impressionante, e uma imprensa régia; fundou o Jardim Botânico, onde mandou plantar espécies de todos os cantos do Império Português, de todos os continentes, e onde se passou a desenvolver importantes conhecimentos agrícolas. Além dessas e de outras medidas, houve evento simbólico que sacramentou a opção pela parte americana do Império: com a morte de sua mãe, D. João escolheu ser coroado no Rio de Janeiro – não sem certa resistência por parte de seus íntimos.

Os súditos brasileiros e portugueses que no Brasil tinham negócios foram muito beneficiados por essas medidas, mas os habitantes da antiga metrópole estavam insatisfeitos. Eles haviam lutado uma guerra dura contra os invasores franceses e, após a guerra, estavam sob governo de um general inglês; haviam perdido os privilégios de acesso ao mercado brasileiro e estavam empobrecidos e com dificuldades para reconstruir o país; e, na mentalidade do Antigo Regime, era crucial a proximidade com o rei, visto como fazedor de justiça. Foi nesse caldo que estourou a Revolução do Porto, que acabaria com o absolutismo luso e forçaria o retorno do rei; e que também, ao ameaçar as benesses logradas pelos luso-brasileiros, conduziria à independência em 1822. Pode-se argumentar, no entanto, que graças a esse processo de interiorização da metrópole, criaram-se condições institucionais, econômicas e mesmo psicológicas para que o Brasil não se esfacelasse após a independência. Graças ao sonho de grandeza de D. João, portanto, a maior e mais rica parte do Império português se manteve una, coesa – não, claro, sem passar por graves testes posteriores. (59 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 3,5/7**

Resultado

Nota: **16,5**

Pior nota: Anônimo
nota: ***13,33***/*20*

A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil insere-se em um contexto de Guerras Napoleônicas e de inserção internacional periférica de Portugal na Europa, situação na qual a aliança luso britânica, que data de antes dos tratados de Whitehall, Westminster e Methuen, viabilizou a manutenção da dinastia bragantina à frente do Império Português e a concretização do projeto de império luso-brasileiro, que data ao menos dos tempos do Pe. Antônio Vieira. Ao mesmo tempo, porém, essa transmigração deu as fundações da centralidade do Brasil nesse império – e de sua independência.

As relações externas de Portugal nos séculos XVIII e XIX são condicionadas às relações assimétricas suas com a Grã Bretanha; são, também, condicionadas às relações assimétricas entre Espanha e Franña – esta sendo rival da Grã Bretanha. Em ocasião da Revolução Francesa, Portugal, Espanha e Grã Bretanha econtaram-se aliados na Guerra da Primeira Coligação. Espanha, no entanto, acabou por aliar-se à antiga potência francesa depois da Batalha do Rossilhão. Já por meio do Tratado de Fontainebleau, França e Espanha decidiram pela partilha do território português, no contexto das Guerras Napoleônicas. Adicionalmente, a derrota francesa em Waterloo e o Bloqueio Continental reduziram as alternativas portuguesas, cujo território constituiu-se ativo estratégico para a Grã Bretanha, como entrada para a Europa. Essas condições favoreceram a convenção secreta por meio da qual a Grã Bretanha escoltaria a Corte Portuguesa em sua transmigração para o Brasil, restando Portugal sob a proteção e sob o comando militar britânicos.

Desde o fim da União Ibérica, a América portuguesa transformara-se em principal colônia lusitana, tendo o Império ultramarino português se tornado sobretudo atlântico. Ademais, tinha a América portuguesa as maiores rendas do Império no início do século XIX. Ao se transferir da Europa para o Brasil, não apenas a Corte escapava das Guerras Napoleônicas, como também encontravañse em um território em que poderia exercer poder não como potência periférica subordinada à Grã Bretanha, mas como um Império propriamente. Como demonstração disso, iniciou ocupação de Caiena, em 1809, e da Banda Oriental, em 1811 e 1816.

A transmigração da Corte correspondeu à interiorização da metrópole, na medida em que as instâncias decisórias da administração e a elite portuguesa se instalou no Rio de Janeiro. Entre as ações que o demonstram estão o estabelecimento do Paço Imperial, do Horto Botânico, a imprensa real, o Gabinete Real de Leitura, a Escola de Medicina de Salvador, a Real Fábrica de Pólvora, as missões artística francesa e científica austríaca. A abertura dos portos às nações amigas, ainda em 1808, foi a primeira medida a eliminar, de fato, a condição de colônia, de forma que o comércio já não mais seria mediado por Lisboa. A ela somase também a revogação do alvará de 1785.

Talvez mais importante para essa interiorização, no entanto, foi o estabelecimento de vínculos de interesse entre portugueses e a elite colonial, até mesmo por vínculos de casamento. DEssa forma, portugueses passaram a ter, no território americano, elos mais fortes do que com a antiga metrópole, com a compra de terras, abertura de comércios, produção de prole. Esse caráter central da corte do Rio de Janeiro fortalece-se, ainda, com a elevação do status do território a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815). Essa decisão deu.se como demonstração de autonomia em relação à Grã Bretanha, que tinha em seu interesse o retorno da corte a Lisboa, e em sugestão de Talleyrand ao conde de Palmela.

A coroação de D. João como D. João VI, no Rio de Janeiro, em 1816, foi demonstração adicional dessa interiorização da metrópole. Efetivamente, como indica Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa em D. João VI, era certo, ou ao menos assim parecia, que D. João não pensava em voltar.

O fim das Guerras Napoleônicas, no entanto, trouxe à tona a pressão da população peninsular pela volta do rei. A Revolução do Porto, de 1820, é a expressão dessa demanda, ao estabelecer uma constituição liberal que colocava em questão o controle do monarca sobre seu próprio território. Essa revolução levou às Cortes de Lisboa não apenas deputados de Portugal; os brasileiros, no entanto, eram sub-representados, de forma a não conseguirem representar os interesses dos brasileiros. Mais do que isso, portugueses nas Cortes de Lisboa defendiam uma forma de recolonização do territorio brasilero, a começar com uma revogação da abertura dos portos brasileiros.

Em função dessas pressões, estabeleceram-se no Brasil dois “partidos”, um “brasileiro”, liderado por José Bonifácio de Andrada e Silva, e um “português”. Sob pressão do “Partido Brasileiro, o príncipe regente, D. Pedro, decidiu, em 1822, por permanecer no Brasil, fez publicar um Manifesto às Nações Amigas, convocou uma Assembleia e, por fim, declarou a Independência.

Os interesses da dinastia bragantina, no entanto, não cesssariam, conforme o projeto de Constituição de 1823 foi abortado e outra, em 1824, foi outorgada pelo imperador D. Pedro I, agora não mais ao lado de José Bonifácio e do Partido Brasileiro, mas do Partido Português.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 5,33/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 3,5/7**

Resultado

Nota: **13,33**